

Projeto

Inclusão ou discriminação? Da análise dos resultados escolares às estratégias para o sucesso dos alunos com origem imigrante



Coordenação:

Sílvia de Almeida – Investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA)

Luís Catela Nunes – Professor do Centro de Economia da Educação da Nova School of Business and Economics (Nova SBE) da Universidade Nova de Lisboa

Com o Apoio da Associação EPIS - Empresários Pela Inclusão Social



Projeto: Inclusão ou discriminação? Da análise dos resultados escolares às estratégias para o sucesso dos alunos com origem imigrante

Em parceria com a Associação EPIS - Empresários Pela Inclusão Social

Coordenação:

Sílvia de Almeida – Investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, da Universidade Nova de Lisboa (CICS.NOVA)

Luís Catela Nunes – Professor do Centro de Economia da Educação da Nova School of Business and Economics (Nova SBE) da Universidade Nova de Lisboa

Investigadores:

Maria João Hortas – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

Cristina Oliveira - Alto Comissariado para as Migrações, Observatório das Migrações

João Firmino, Centro de Economia da Educação da Nova SBE

José Mesquita Gabriel, Centro de Economia da Educação da Nova SBE

Gonçalo Lima, Centro de Economia da Educação da Nova SBE

César Morais – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Natália Barcelos - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Raquel Santana - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Miguel Feio - Projeto Europeu Community School Museums

Bárbara Bäckström - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Consultora:

Lucinda Fonseca, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT)

Parceiros



Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Agradecimentos

Os resultados do projeto de investigação que são apresentados neste sumário resultam de uma parceria entre o Centro de Investigação CICS.NOVA e o Centro de Economia de Educação da Nova SBE, da Universidade Nova de Lisboa, com a Associação EPIS – Empresários pela Inclusão Social a quem os autores agradecem pelo apoio ao projeto. Deixamos um especial agradecimento ao Eng. Diogo Simões Pereira e ao Prof. Pedro Martins pelos vários comentários e sugestões que ajudaram a melhorar o trabalho desenvolvido. Agradecemos também à DGEEC pelo seu apoio e disponibilização das bases de dados de educação anonimizadas que foram utilizadas neste estudo.

Projeto: Inclusão ou discriminação? Da análise dos resultados escolares às estratégias para o sucesso dos alunos com origem imigrante

Índice

Índice de Figuras	5
Índice de Tabelas	5
Introdução	6
Parte I: Análise Descritiva: alunos com origem imigrante/naturalidades e índices de segregação	7
Parte II: Diferenças de resultados entre alunos de origem imigrantes e alunos nativos. 15	
Parte III: Análise longitudinal	23
Conclusão	26
Próximos Passos	27

Projeto: Inclusão ou discriminação? Da análise dos resultados escolares às estratégias para o sucesso dos alunos com origem imigrante

Índice de Figuras

Figura 1. Proporção de alunos do 3º ciclo do ensino básico com origem imigrante (em relação ao total de alunos não nativos), por distrito, 2016/2017	11
Figura 2. Alunos do 3º ciclo do ensino básico com origem imigrante e por grupos de naturalidade, por distrito, 2016/2017.....	12
Figura 3. Índice de Segregação intra-concelho	13
Figura 4. Índice de dissimilaridade intra-escola.....	14
Figura 5. Percentagem de positivas nos exames de Matemática do 6º e 9º ano, por Naturalidade	22
Figura 6. Análise ao ano de ensino de alunos passados 5 e 10 anos, por naturalidade	28
Figura 7. Análise ao ano e tipo de ensino dos alunos passados 11 anos, por naturalidade	30
Figura 8. Análise ao ano e tipo de ensino dos alunos passados 9 anos, por naturalidade	33
Figura 9. Decisão de alunos sem qualquer retenção enveredarem pelo ensino secundário regular ou não regular, por naturalidade	36
Figura 10. Decisão de alunos com uma retenção enveredarem pelo ensino secundário regular ou não regular, por naturalidade	36
Figura 11. Análise ao ano de ensino de alunos passados 5 e 10 anos, por origem imigrante.....	37
Figura 12. Análise ao ano e tipo de ensino dos alunos passados 11 anos, por origem imigrante.....	39
Figura 13. Análise ao ano e tipo de ensino dos alunos passados 9 anos, por origem imigrante.....	41
Figura 14. Decisão de alunos sem qualquer retenção enveredarem pelo ensino secundário regular ou não regular, por origem imigrante.....	44
Figura 15. Decisão de alunos com uma retenção enveredarem pelo ensino secundário regular ou não regular, por origem imigrante	44

Índice de Tabelas

Tabela 1. Número de alunos por grupo de origem imigrante e naturalidade na amostra	15
Tabela 2. Número de alunos por origem imigrante e naturalidade.....	23

Resumo Alargado do Estudo

Introdução

Este projeto parte de dois problemas identificados em estudos internacionais e nacionais relacionados com a integração de alunos com origem imigrante. O primeiro problema prende-se com os piores resultados escolares que os alunos com origem imigrante obtêm em relação aos alunos nativos, que em grande parte se traduzem em desigualdades de percursos escolares. O segundo problema relaciona-se com a concentração de alunos com origem imigrante em determinadas regiões e escolas. Com base nestes dois problemas levantámos 5 grandes questões de partida. No momento em que se afirma que Portugal, entre os países da OCDE, foi o país que mais melhorou a performance escolar dos alunos imigrantes nesta última década (2006-2015), questionamos até que ponto, com base em dados administrativos das escolas, se deu esse melhoramento? Que diferenças ainda persistem entre grupos de alunos com diferentes naturalidades e origens imigrantes, no que diz respeito ao percurso escolar, nomeadamente às taxas de reprovação, ao percurso direto de sucesso e à decisão de enveredar pelo ensino básico e secundário não regular? Existirá, ou não, segregação nos concelhos e escolas portuguesas? Se existe segregação, que impacto tem nos resultados escolares dos alunos? Que práticas organizacionais, pedagógicas e curriculares poderão contribuir para a inclusão dos alunos com origem imigrante?

O objeto deste estudo foi a população de alunos inscritos no 9º ano de escolaridade nas escolas públicas em Portugal Continental no ano letivo de 2016/2017 tendo por fonte a base de dados administrativa anonimizada do Sistema de Informação do Ministério da Educação (MISI) da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC). Por serem utilizados dados administrativos, os valores reportados neste estudo, e calculados pelos autores, são próximos, mas não coincidem inteiramente, com os valores das Estatísticas da Educação em Portugal reportados pela DGEEC.

O projeto tem três grandes fases com metodologias específicas: 1) a primeira foi de análise estatística (são aqui apresentadas as principais conclusões); 2) uma segunda que será dedicada a estudos de caso aplicados a uma amostra de escolas; 3) e uma terceira destinada exclusivamente à elaboração de produtos finais com vista à identificação de estratégias de melhoria de resultados escolares e integração de alunos com origem imigrante especialmente focada em práticas organizacionais, pedagógicas e curriculares.

Parte I: Análise Descritiva: alunos com origem imigrante/naturalidades e índices de segregação

No primeiro passo, foram realizadas duas análises descritivas. Para aferir quem são os alunos de origem imigrante a estudar em Portugal, definimos diferentes grupos consoante a sua naturalidade e a dos seus pais. Neste estudo, são considerados alunos com origem imigrante quando o aluno ou um dos pais tiver naturalidade estrangeira. Distinguem-se quatro grupos:

- 1.ª geração: os pais e o aluno possuem naturalidade estrangeira.
- 2.ª geração: a naturalidade de ambos os pais é estrangeira e a do aluno é portuguesa.
3. Nativos mistos: a naturalidade de um dos pais é portuguesa e a do outro é estrangeira, sendo a do aluno portuguesa.
4. Retornados: a naturalidade do aluno é estrangeira e os pais ora têm naturalidade portuguesa ou um deles tem naturalidade estrangeira e o outro portuguesa.

Estabelecemos, ainda, 6 grupos de alunos de acordo com o país de onde o aluno é natural e que refletem os atuais fluxos migratórios: *Portugal, Brasil, PALOP, EU-15, Leste Europeu e Outros*.

Embora o nosso alvo de análise seja o 9.º ano de escolaridade, para analisar a distribuição dos alunos com origem imigrante pelo território continental português, tivemos como base o 3.º ciclo do ensino básico. No ano letivo de 2016/2017, as escolas públicas, no 3.º ciclo do ensino básico, apresentavam um total de 273.706 alunos, dos quais 41.611 com origem imigrante, sendo 19.542 *Nativos mistos*, 7.928 de *2.ª Geração*, 9, 280 de *1.ª Geração* e 4.861 *Retornados*.

Averiguamos que a maior parte dos alunos de origem imigrante se situa no distrito de Lisboa (34,63%), seguido pelos distritos de Setúbal (15,05%), Porto (8,80%) e Faro (8,60%), algo expectável tendo em conta os fluxos migratórios existentes no país. Notamos também que Faro (25,23%), Lisboa (24,27%) e Setúbal (22,99%) são os distritos em que a representatividade de alunos com origem imigrante na população escolar é mais elevada (Figura 1).

Os alunos do grupo *Nativos mistos* estão principalmente concentrados nos distritos das regiões centro e norte do país. Já os alunos de *1.ª* e *2.ª Geração* estão mais fixados no sul do país e no distrito de Lisboa. Os *Retornados* estão mais concentrados no Norte e no distrito de Portalegre.

No que respeita aos grupos de naturalidade, os alunos oriundos dos *PALOP* estão na sua grande maioria concentrados nos distritos de Lisboa e Setúbal. Os alunos da *EU-15* posicionam-se no território relativamente mais no Norte. Os alunos oriundos do *Brasil* encontram-se distribuídos de uma forma homogénea por todos os distritos. Por fim, os alunos do *Leste Europeu* encontram-se mais concentrados nos distritos do Alentejo e Algarve. O carácter mais disperso destes dois últimos grupos de alunos justifica-se pelos

“novos fluxos migratórios”, a partir de 2000, em que a imigração em Portugal deixa de ser uma característica menor do movimento da população e assiste-se a um desenvolvimento rápido de um novo fluxo de imigrantes da Europa de Leste e à aceleração de imigrantes provenientes do Brasil (Figura 2). Estes enquadram-se num fluxo significativo de imigrantes laborais, com um grau de qualificação mais alto, flexível e diversificado em relação aos fluxos anteriores, por isso, tendem a dispersar-se mais pelo território.

A segunda parte da análise descritiva deste estudo recai sobre a segregação escolar, que é entendida como a concentração de alunos em escolas ou turmas com determinadas características, socioeconómicas, nacionalidades, resultados escolares, etc. Nós estudamos a segregação por origem nacional – a concentração dos alunos com origem imigrante em determinadas escolas ou turmas de escolas.

Apesar de alguns estudos nacionais demonstrarem a existência de concentração de alunos com origem imigrante em determinadas regiões do país, praticamente não têm sido disponibilizados indicadores para quantificar objetivamente o fenómeno da segregação escolar. Este estudo quantifica a segregação por origem nacional através de dois índices de segregação. A literatura internacional que tem usado indicadores tem calculado a segregação com base em duas modalidades: por regiões, ao nível do município (ou entre escolas) e ao nível das escolas (entre as turmas de uma escola).

Assim, calculámos o índice de *Segregação intra-concelho*, ou seja, entre as escolas dum determinado concelho, que permite verificar se a distribuição dos alunos com origem imigrante entre as escolas de um concelho é equilibrada ou não; A *Segregação intra-escola*, ou seja, entre as turmas de uma determinada escola, que permite verificar se a distribuição dos alunos com origem imigrante entre as turmas de uma mesma escola é equilibrada ou não. Os índices variam entre zero e um $[0,1]$, em que o valor 0 corresponde à ausência de segregação, o valor 1 a uma segregação total, e valores entre 0 e 1 indicam níveis intermédios de segregação. O índice foi calculado para as unidades (concelhos e escolas) que reuniam as seguintes 6 condições:

- 1) Concelhos ou escolas com 10 ou mais alunos não nativos;
- 2) Concelhos com duas ou mais escolas; escolas com duas ou mais turmas;
- 3) Tamanho médio da escola de pelo menos 30 alunos para a análise de segregação intra-concelho, ou tamanho médio da turma entre 10 e 30 alunos (inclusive) para a análise de segregação intra-escola;
- 4) Concelhos ou escolas com uma proporção de alunos não nativos entre 10% e 90%;
- 5) Concelhos e escolas com no máximo 10% de alunos com valores omissos sobre a natureza imigrante dos alunos (informação sobre se o aluno é nativo ou não nativo); e
- 6) Concelhos com escolas ou escolas com turmas, com pelo menos 80% de escolas ou turmas com não mais do que 20% de alunos com valores omissos sobre a sua natureza imigrante (informação sobre se o aluno é nativo ou não nativo).

Os índices calculados incorporam um ajustamento que permite corrigir o impacto da aleatoriedade na medição da segregação, para se ter em conta a possibilidade de existência de segregação escolar não voluntária e resultante de processos aleatórios de alocação dos alunos nas escolas de um concelho e nas turmas de uma escola. A aleatoriedade da alocação dos alunos não garante sempre uma distribuição uniforme dos alunos pelas turmas. Por exemplo, quando o número de turmas numa escola é superior ao número de alunos com origem imigrante é impossível garantir uma distribuição uniforme desses alunos pelas turmas.

Estes dois índices de segregação foram calculados para os alunos a frequentar o 9º ano de escolaridade em Portugal Continental, no ano letivo de 2016/2017.

O índice de *Segregação intra-concelho* foi calculado para 93 concelhos (um terço dos concelhos de Portugal Continental - 34% dos concelhos) e 404 escolas (cerca de metade das escolas de Portugal Continental). O cálculo não se estendeu a mais concelhos e escolas devido aos critérios de qualidade que impusemos na construção do índice. No que respeita apenas aos concelhos, vários não entraram no índice por disporem apenas de uma escola por concelho, não sendo por isso possível calcular o respetivo índice.

Começando pela análise ao nível do concelho, a média do índice de *Segregação intra-concelho* é de 0,12. O valor máximo atingido pelo índice é 0,44, o que significa que em média seria necessário alocar cerca de 44% dos alunos com origem imigrante por diferentes escolas do seu concelho, de modo a que a representatividade desses alunos fosse igual nas escolas do concelho.

Dos 93 concelhos, 21 (22,58%) apresentam um índice de *Segregação intra-concelho* elevado (igual ou superior a 0,20). Nesses 93 concelhos analisados, há um total 9.493 alunos com origem imigrante, dos quais 2.850 (30,02%) estão inseridos em concelhos com um índice de segregação elevado, ou seja, os alunos estão desproporcionalmente distribuídos pelas várias escolas do seu concelho. Verificamos que não existe uma associação entre concelhos com maiores percentagens de alunos com origem imigrante e níveis mais elevados de segregação destes mesmos alunos entre escolas desses mesmos concelhos. Este resultado sugere a ideia de que o fenómeno da segregação ao nível do concelho manifesta-se de forma mais generalizável, no sentido em que não se verifica apenas em contextos de presença de elevado número de alunos com origem imigrante. A título de exemplo, alguns dos concelhos que apresentam níveis de segregação mais elevados não correspondem aos concelhos com maior percentagem de alunos com origem imigrante: Fafe, Silves, Ansião, Castelo Branco, Alenquer e Santiago do Cacém (Figura 3).

Nas 404 escolas, há um total de 9.956 alunos de origem imigrante do 9º ano, dos quais 3.467 (34,82%) estão inseridos em escolas com um índice de segregação elevado, igual ou superior a 0,20. Das 404 escolas, 133 (32,92%) apresentam um índice igual ou superior a 0,20. Assim sendo, podemos constatar que a segregação de alunos com origem imigrante por diferentes turmas da mesma escola é uma realidade vivida em várias escolas do país (Figura 4).

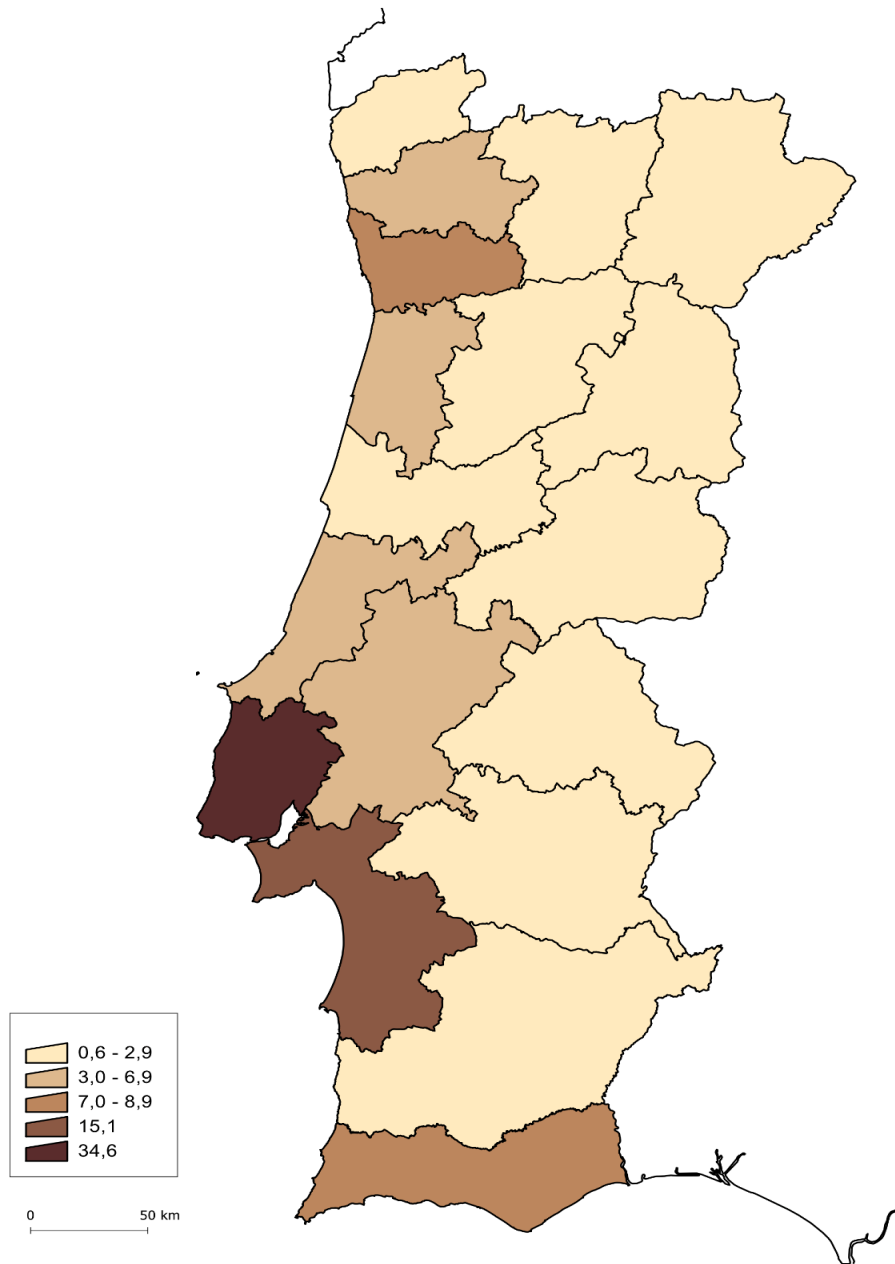
Em relação à análise ao nível da escola, a média do índice de *Segregação intra-escola* é de 0,16. O valor máximo atingido pelo índice é 0,56, o que significa que em média seria necessário realocar cerca de 56% dos alunos com origem imigrante por diferentes turmas de uma escola, de modo a que a representatividade desses alunos fosse igual nas turmas dessa escola.

Nas 404 escolas, 133 (32,92%) apresentam um índice de *Segregação intra-escola* elevado (igual ou superior a 0,20). Nessas escolas existe um total de 9.956 alunos de origem imigrante do 9º ano, dos quais 3.467 (34,82%) estão inseridos em escolas com um índice de segregação elevado, ou seja, os alunos estão desproporcionalmente distribuídos pelas turmas das suas escolas. Podemos constatar que a segregação de alunos com origem imigrante por diferentes turmas da mesma escola é uma realidade vivida em várias escolas do país. Tal como a nível do concelho, aferimos que não existe uma associação entre escolas com maiores percentagens de alunos com origem imigrante e níveis mais elevados de segregação destes mesmos alunos entre turmas das mesmas escolas.

Investigamos ainda, a relação entre os índices de *Segregação intra-concelho e intra-escola*. O objetivo foi perceber se alunos inscritos em escolas que apresentam índices elevados de segregação estão também associados a uma maior segregação ao nível do concelho. Encontramos coeficientes de correlação significativamente negativos entre o índice de segregação intra-concelho e a segregação média ponderada intra-escola no concelho, particularmente em concelhos onde a segregação média ponderada está acima da mediana da amostra e nos concelhos com um agrupamento de escolas pertencentes ao Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária. Tal indica que há uma tendência para os alunos com origem imigrante associados a um índice de segregação intra-escola mais elevado estarem associados a índices de segregação intra-concelho mais baixos e vice-versa. Noutras palavras, alunos com origem imigrante tendem a ser alocados a turmas de forma mais desproporcional em casos em que não foram alocados pelas diferentes escolas do concelho de forma mais desproporcional.

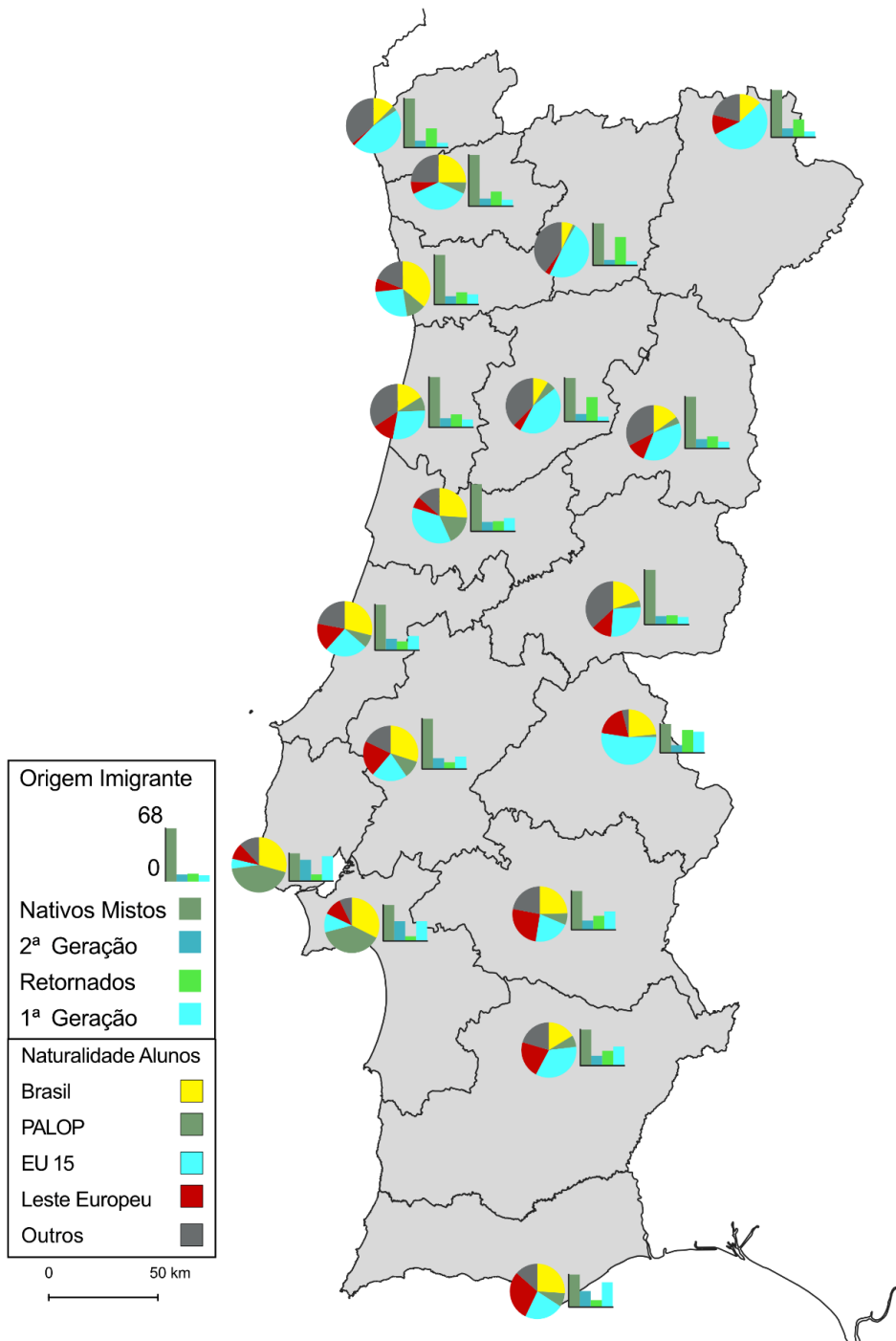
Estes resultados sugerem que o fenómeno da segregação é complexo, pois não se verificando a segregação dos alunos com origem imigrante ao nível do concelho (concentrando os alunos numa ou algumas escolas do concelho), é ao nível das escolas que a segregação tende a acontecer (concentração dos alunos com origem imigrante por uma ou algumas das turmas da escola).

Figura 1. Proporção de alunos do 3º ciclo do ensino básico com origem imigrante (em relação ao total de alunos não nativos), por distrito, 2016/2017



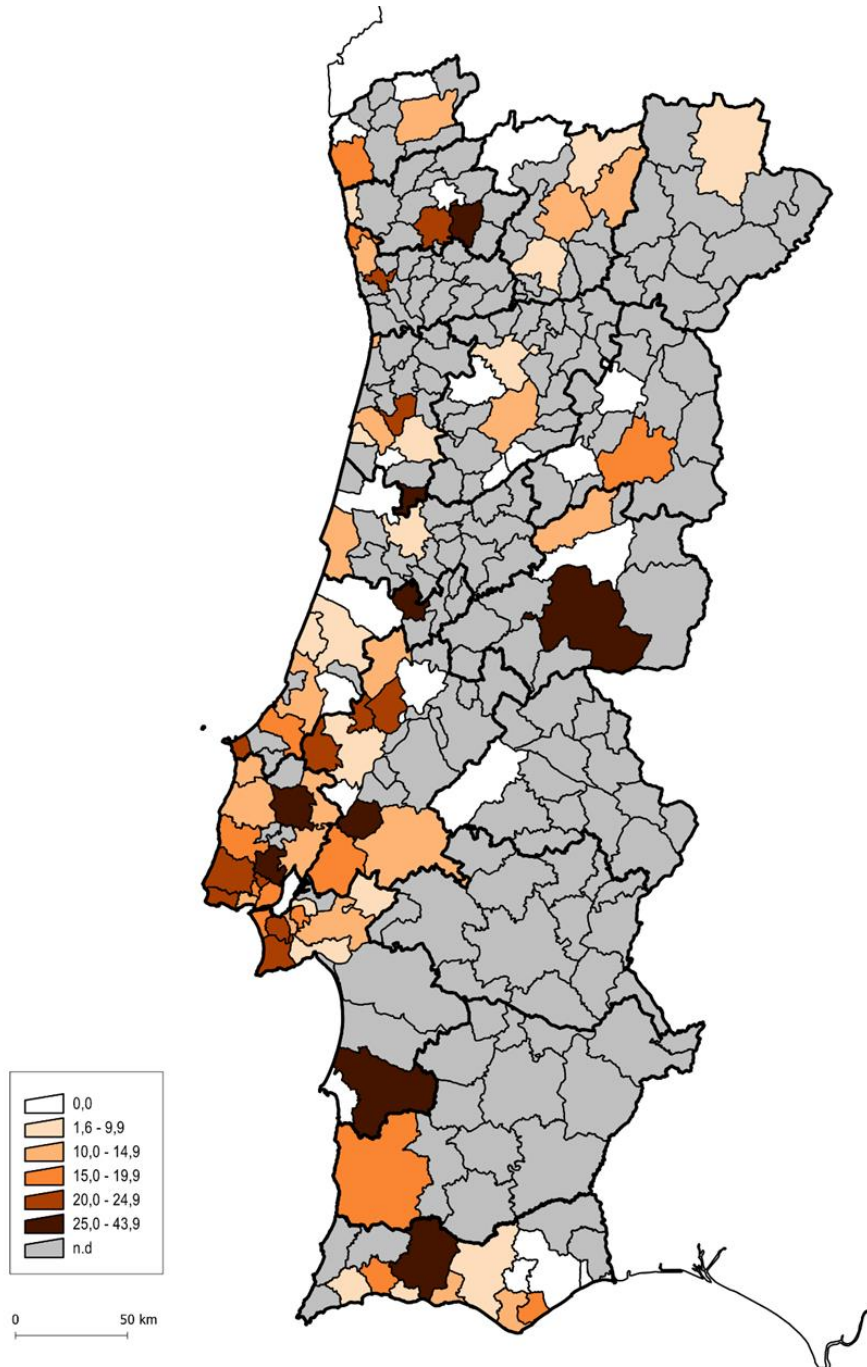
Fonte de dados: Misi, 2016/2017.

Figura 2. Alunos do 3º ciclo do ensino básico com origem imigrante e por grupos de naturalidade, por distrito, 2016/2017



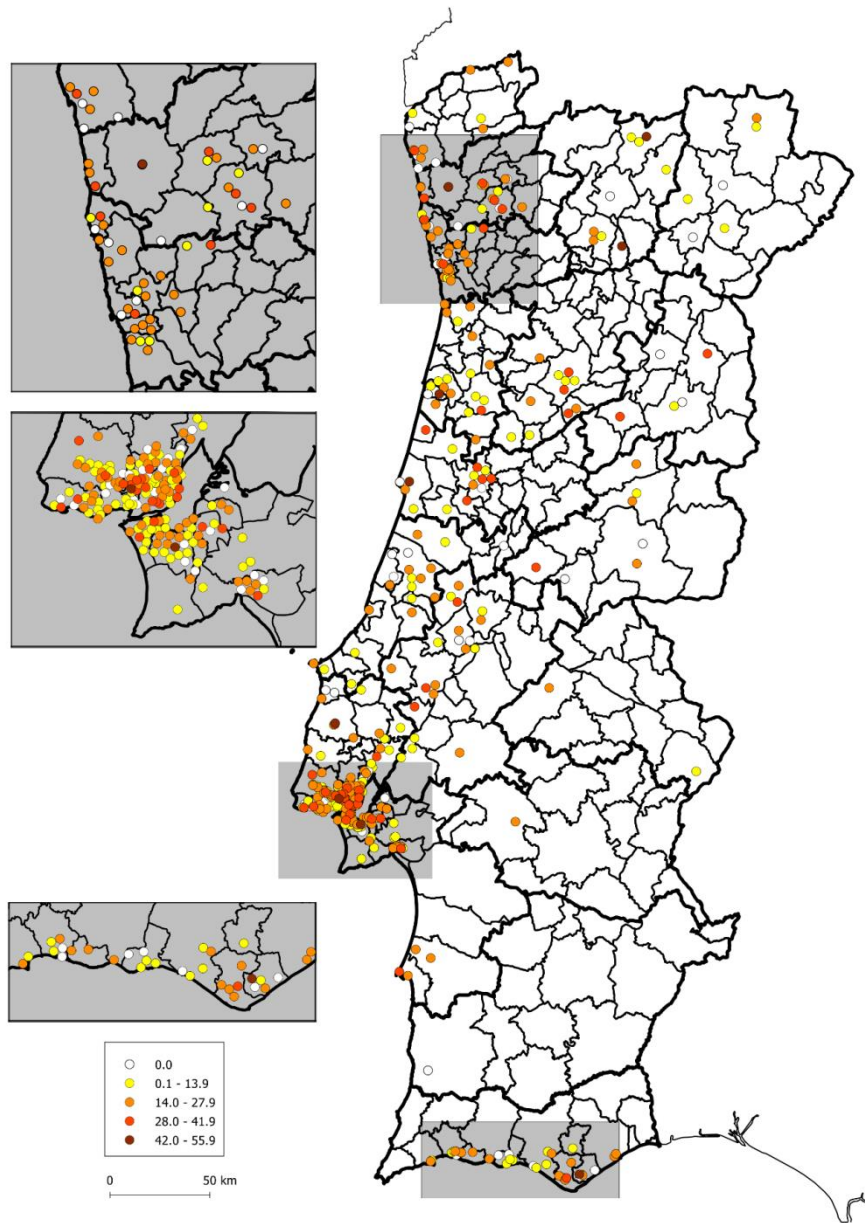
Fonte de dados: Misi, 2016/2017.

Figura 3. Índice de Segregação intra-concelho, por concelho



Fonte de dados: Misi, 2016/2017.

Figura 4. Índice de dissimilaridade intra-escola, por escola



Fonte de dados: Misi, 2016/2017.

Parte II: Diferenças de resultados entre alunos de origem imigrantes e alunos nativos

Nesta parte do estudo, fazemos um retrato dos alunos de origem imigrante nas escolas públicas portuguesas do ponto de vista do seu desempenho escolar. Numa das análises, quantificamos as diferenças de desempenho entre os alunos nativos e não nativos que no ano letivo de 2016/2017 estavam inscritos no 9º ano de ensino em escolas públicas em Portugal Continental. Também analisamos a relação entre essas diferenças e diversos fatores, como sejam o estatuto socioeconómico dos alunos e das suas famílias, o desempenho dos alunos antes de ingressarem no 3º ciclo, diferenças regionais ou ao nível das escolas/turmas, e ainda a forma como os alunos não nativos estão distribuídos pelas várias turmas duma escola.

As comparações de desempenho entre alunos com diferentes origens imigrantes e diferentes nacionalidades tiveram por base as notas obtidas por esses alunos nas provas nacionais de 9º ano de Português e de Matemática. Por essa razão, não são considerados neste estudo os alunos que realizaram o exame de Português Língua não Materna. Também são apenas considerados os alunos para os quais existe informação adicional sobre diversas variáveis que capturam o estatuto socioeconómico assim como os resultados dos alunos no final do 6º ciclo. No total, a nossa amostra conta com cerca de 57 mil alunos, dos quais 13 % são não nativos.

Tabela 1. Número de alunos por grupo de origem imigrante e nacionalidade na amostra

Origem imigrante	Naturalidade						Total
	PT	Brasil	PALOP	EU-15	Leste Europeu	Outros	
Nativos	49.877	0	0	0	0	0	49,877
Nativos Mistos	4.647	0	0	0	0	0	4,647
2ª Geração	1.342	0	0	0	0	0	1,342
Retornados	0	56	32	330	11	246	675
1ª Geração	0	250	170	57	129	36	642
Total	55.866	306	202	387	140	282	57.183

Fonte de dados: Misi, 2016/2017.

O desempenho dos alunos foi medido em termos das notas obtidas nessas duas provas nacionais, ambas classificadas numa escala de 0 a 100 pontos, e ainda dos percursos diretos de sucesso ao longo do 3º ciclo.

A análise dos dados revelou diferenças muito significativas no desempenho de vários grupos de alunos de origem imigrante comparativamente com os alunos nativos. As diferenças encontradas são regra geral muito mais pronunciadas a Matemática do que a Português

Os alunos de origem imigrante de 1ª Geração são os que em média têm piores resultados: em média menos 13 pontos a Matemática e menos 5 pontos a Português relativamente aos alunos nativos. Por outro lado, os alunos Nativos Mistos apresentam

em média melhores desempenhos que os nativos: mais 4 pontos a Matemática e mais 2 pontos a Português.

Média das notas no Exame de Matemática de 9º ano (escala de 0 a 100)					
Dos alunos:					
<i>Nativos Mistos</i>	+4	-1	+2	-0	-0
<i>2ª Geração</i>	-4	-5	-0	-1	+1
<i>Retornados</i>	-5	-1	-2	-0	-1
<i>1ª Geração</i>	-13	-12	-4	-1	-0
Comparativamente com os Nativos (Média = 53)					
Com o mesmo estatuto socioeconómico	✓	✓	✓	✓	✓
Com o mesmo desempenho no final do 6º ano		✓	✓	✓	✓
Na mesma turma					✓

Média das notas no Exame de Português de 9º ano (escala de 0 a 100)					
Dos alunos:					
<i>Nativos Mistos</i>	+2	-0	+1	+0	+0
<i>2ª Geração</i>	-2	-3	-0	-1	-0
<i>Retornados</i>	-2	-1	-1	-0	-0
<i>1ª Geração</i>	-5	-4	-0	+0	+1
Comparativamente com os Nativos (Média = 58)					
Com o mesmo estatuto socioeconómico	✓	✓	✓	✓	✓
Com o mesmo desempenho no final do 6º ano		✓	✓	✓	✓
Na mesma turma					✓

Quando se analisam as nacionalidades dos alunos, as diferenças são ainda maiores, especialmente para os alunos naturais de *PALOP* que apresentam os piores desempenhos em ambos os exames. Comparativamente com os naturais de Portugal, os alunos naturais de *PALOP* têm em média menos 20 pontos a Matemática e menos 6 pontos a Português. Os naturais do *Brasil* também apresentam piores desempenhos:

menos 16 pontos a Matemática e menos 4 pontos a Português. No caso dos alunos naturais da *EU-15* ou *Leste Europeu*, as diferenças face aos naturais de Portugal são menos pronunciadas (3 a 6 pontos de diferenças a Matemática; e menos 3 pontos a Português).

Média das notas no Exame de Matemática de 9º ano (escala de 0 a 100)					
Dos alunos naturais de:					
<i>Brasil</i>	-16	-14	-6	-4	-2
<i>PALOP</i>	-20	-13	-4	+0	+2
<i>EU-15</i>	-6	-4	-3	-2	-2
<i>Leste Europeu</i>	-3	-4	-1	+1	+0
<i>Outros Países</i>	-3	+3	-1	+1	+1
Comparativamente com os naturais de Portugal (Média = 53)					
Com o mesmo estatuto socioeconómico	✓	✓	✓	✓	✓
Com o mesmo desempenho no final do 6º ano		✓	✓	✓	✓
Na mesma turma					✓
Média das notas no Exame de Português de 9º ano (escala de 0 a 100)					
Dos alunos naturais de:					
<i>Brasil</i>	-4	-3	+1	+1	+2
<i>PALOP</i>	-6	-4	+1	+2	+2
<i>EU-15</i>	-3	-2	-1	-1	-1
<i>Leste Europeu</i>	-3	-5	-2	-2	-1
<i>Outros Países</i>	-3	-0	-2	-1	-1
Comparativamente com os naturais de Portugal (Média = 58)					
Com o mesmo estatuto socioeconómico	✓	✓	✓	✓	✓
Com o mesmo desempenho no final do 6º ano		✓	✓	✓	✓
Na mesma turma					✓

Por forma a perceber até que ponto as desigualdades socioeconómicas, que são geralmente apontadas como determinantes das desigualdades nos desempenhos escolares, têm um papel relevante nas diferenças de desempenho entre alunos nativos e não nativos, foi realizada uma análise adicional. Neste caso, as comparações foram

feitas entre alunos com as mesmas condições socioeconómicas. Continuam a observar-se diferenças de desempenho entre alunos nativos e não nativos.

Uma das diferenças mais pronunciadas continua a ser a dos alunos naturais de *PALOP* que têm em média menos 13 pontos no exame de Matemática quando comparados com os alunos naturais de Portugal com as mesmas condições socioeconómicas. Para os alunos naturais do *Brasil* também se encontrou uma diferença semelhante, menos 14 pontos a Matemática

Média das notas no Exame de Matemática de 9º ano (escala de 0 a 100)					
Dos alunos naturais de:					
<i>Brasil</i>	-16	-14	-6	-4	-2
<i>PALOP</i>	-20	-13	-4	+0	+2
<i>EU-15</i>	-6	-4	-3	-2	-2
<i>Leste Europeu</i>	-3	-4	-1	+1	+0
<i>Outros Países</i>	-3	+3	-1	+1	+1
Comparativamente com os naturais de Portugal (Média = 53)	✓	✓	✓	✓	✓
Com o mesmo estatuto socioeconómico		✓		✓	✓
Com o mesmo desempenho no final do 6º ano			✓	✓	✓
Na mesma turma					✓

Quando se analisa a percentagem de alunos com percursos diretos de sucesso no 3º ciclo, as conclusões são semelhantes. Cerca de 49% dos alunos naturais de Portugal teve um percurso direto de sucesso. Já entre os alunos naturais de *PALOP*, apenas 21% teve um percurso direto de sucesso, ou seja, menos 28 pontos percentuais. No caso dos alunos naturais do *Brasil*, apenas 24% deles teve um percurso direto de sucesso, ou seja, menos 24 pontos percentuais relativamente aos naturais de Portugal. E quando estas comparações são feitas entre alunos com o mesmo estatuto socioeconómico, continuam a persistir diferenças significativas (menos 17 p.p. no caso dos alunos naturais de *PALOP* e menos 22 p.p. no caso de alunos naturais do *Brasil*).

Percentagem de alunos com um Percurso Direto de Sucesso no 3º ciclo (pontos percentuais)					
Entre os alunos naturais de:					
<i>Brasil</i>	-24%	-22%	-9%	-6%	-4%
<i>PALOP</i>	-28%	-17%	-3%	3%	7%
<i>EU-15</i>	-7%	-4%	-1%	0%	0%
<i>Leste Europeu</i>	-10%	-12%	-7%	-5%	-5%
<i>Outros Países</i>	-7%	2%	-4%	0%	0%
Comparativamente com os naturais de Portugal (Percentagem = 49%)					
Com o mesmo estatuto socioeconómico	✓	✓	✓	✓	✓
Com o mesmo desempenho no final do 6º ano		✓	✓	✓	✓
Na mesma turma					✓

A conclusão a que se chega é que os fatores socioeconómicos não são suficientes para explicar as diferenças de desempenho encontradas. Por essa razão, realizámos algumas análises estatísticas adicionais.

Comparámos, por exemplo, os alunos nativos e não nativos pertencentes a uma mesma escola. A conclusão a que se chegou foi que, em média, existem diferenças muito expressivas. Por exemplo, os naturais de *PALOP* e do *Brasil*, comparativamente com os naturais de Portugal na mesma escola, têm em média menos 12 pontos a Matemática. Esta diferença é muito parecida à obtida nas comparações entre alunos com o mesmo estatuto socioeconómico. Mas é inferior à diferença média nacional de 20 pontos. Os resultados permitem concluir que as diferenças nas condições socioeconómicas entre regiões e entre as zonas de atração dos alunos de cada escola são fatores importantes para explicar as desigualdades nos desempenhos, mas não são suficientes para explicar todas as diferenças. Para aprofundar esta questão, comparou-se ainda o desempenho dos alunos não nativos com o dos nativos pertencentes à mesma turma numa escola: a diferença média a Matemática foi de 10 pontos. O facto da diferença dentro numa turma ser um pouco inferior à obtida dentro numa escola (12 pontos) permite concluir que, em média, os alunos não nativos pertencem a turmas em que os alunos nativos têm um desempenho ligeiramente menor.

Média das notas no Exame de Matemática de 9º ano (escala de 0 a 100)

Dos alunos naturais de:

<i>Brasil</i>	-16	-15	-13	-11
<i>PALOP</i>	-20	-17	-12	-10
<i>EU-15</i>	-6	-6	-6	-5
<i>Leste Europeu</i>	-3	-1	-1	-2
<i>Outros Países</i>	-3	-3	-3	-3

Comparativamente com os
naturais de Portugal
(Média = 53)

✓ ✓ ✓ ✓

No mesmo concelho

✓

Na mesma escola

✓

Na mesma turma

✓

Uma outra análise permitiu quantificar até que ponto as diferenças de desempenho no 3º ciclo eram uma consequência de diferenças já existentes antes do 3º ciclo.

A Português, os alunos naturais dos *PALOP* e do *Brasil* têm em média praticamente a mesma nota que os alunos naturais de Portugal com igual desempenho no final do 2º ciclo. Concluimos por isso que as diferenças de desempenho no 3º ciclo são inteiramente explicadas pelas diferenças que já vinham do 2º ciclo.

Por outro lado, a Matemática, continuam a verificar-se diferenças, mas bastante menos pronunciadas (entre 4 e 6 pontos). A conclusão a que se chega é que as diferenças de desempenho no 9º ano são em grande parte originárias de diferenças de desempenho anteriores ao 3º ciclo. Mas essas diferenças parecem ampliar-se no 3º ciclo. Uma conclusão similar é obtida quando se analisam os percursos diretos de sucesso.

Média das notas no Exame de Português de 9º ano (escala de 0 a 100)

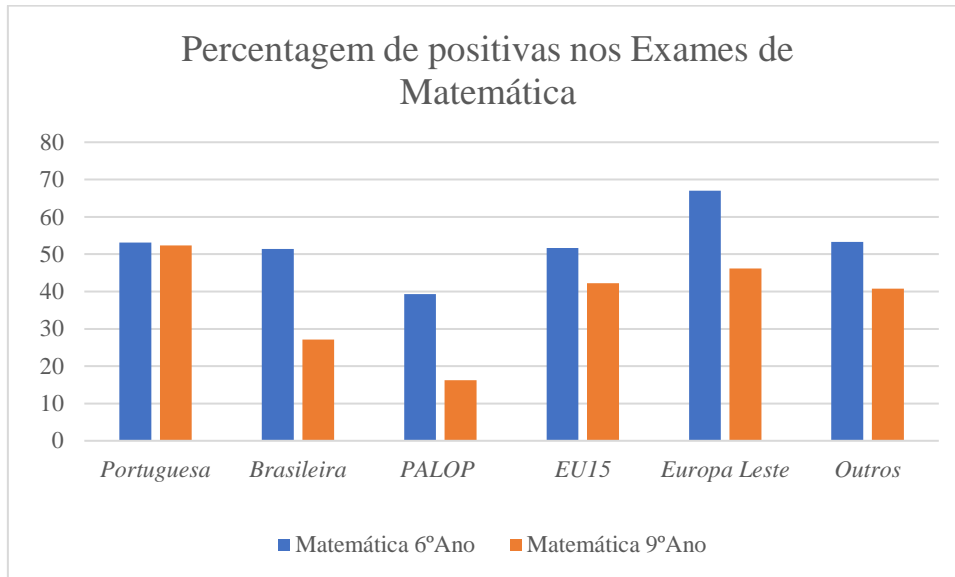
Dos alunos naturais de:					
<i>Brasil</i>	-4	-3	+1	+1	+2
<i>PALOP</i>	-6	-4	+1	+2	+2
<i>EU-15</i>	-3	-2	-1	-1	-1
<i>Leste Europeu</i>	-3	-5	-2	-2	-1
<i>Outros Países</i>	-3	-0	-2	-1	-1
Comparativamente com os naturais de Portugal (Média = 58)	✓	✓	✓	✓	✓
Com o mesmo estatuto socioeconómico		✓		✓	✓
Com o mesmo desempenho no final do 6º ano			✓	✓	✓
Na mesma turma					✓

Média das notas no Exame de Matemática de 9º ano (escala de 0 a 100)

Dos alunos naturais de:					
<i>Brasil</i>	-16	-14	-6	-4	-2
<i>PALOP</i>	-20	-13	-4	+0	+2
<i>EU-15</i>	-6	-4	-3	-2	-2
<i>Leste Europeu</i>	-3	-4	-1	+1	+0
<i>Outros Países</i>	-3	+3	-1	+1	+1
Comparativamente com os naturais de Portugal (Média = 53)	✓	✓	✓	✓	✓
Com o mesmo estatuto socioeconómico		✓		✓	✓
Com o mesmo desempenho no final do 6º ano			✓	✓	✓
Na mesma turma					✓

A análise da percentagem de alunos que obtiveram uma nota positiva nos exames de Matemática no 6º e no 9º ano também permite ilustrar este resultado. Cerca de 50% dos alunos de naturalidade Portuguesa obteve uma nota positiva nos exames de Matemática do 6º e 9º anos. Por outro lado, apenas 40% dos alunos naturais de PALOP conseguiu obter positiva no exame do 6º ano, percentagem essa que desce para menos de 20% no exame do 9º ano.

Figura 5. Percentagem de positivas nos exames de Matemática do 6º e 9º Ano, por Naturalidade



Fonte: Misi, 2016/2017.

Uma última análise consistiu em relacionar o desempenho e a forma como os alunos não nativos estão distribuídos pelas várias turmas. Embora não fosse possível estabelecer uma relação de causa-efeito, os resultados apontam para uma correlação positiva entre a segregação intra-escola e as desigualdades de desempenho. Esta relação poderá derivar de vários fatores, como por exemplo, o facto das escolas poderem formar as turmas do 3º ciclo em função do perfil académico passado dos alunos e ainda o facto dos alunos não nativos, em média, estarem entre aqueles que apresentaram piores desempenhos no passado.

Em conclusão, encontramos uma grande diversidade nos desempenhos escolares de diferentes grupos de alunos imigrantes no 9º ano. Identificamos algumas origens imigrantes com resultados muito inferiores aos dos restantes alunos. Apesar das desigualdades socioeconómicas terem um papel importante nas diferenças de desempenho encontradas, os nossos resultados apontam para a importância de identificar e combater o insucesso escolar o mais precocemente possível. Só dessa forma o sistema educativo poderá oferecer a todos os alunos, independentemente das suas origens, uma oportunidade de sucesso.

Parte III: Análise longitudinal

Na terceira parte do estudo abordamos o percurso escolar da coorte de alunos que iniciaram o 1º ano do ensino básico numa escola pública em Portugal Continental em 2006/2007. Seguimos estes alunos ao longo de onze anos, até ao ano letivo de 2016/2017, utilizando a base de dados anonimizada do Sistema de Informação do Ministério de Educação (MISI) da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

Seguimos um total de 97 968 alunos que nasceram entre o dia 15 de setembro de 1999 e o dia 31 de dezembro de 2000, ou seja, com idade legal para se inscreverem, pela primeira vez, no 1º ano de escolaridade no ano letivo de 2006/2007.

Tabela 2. Número de alunos por origem imigrante e naturalidade

Origem	PT	BR	PALOP	EU-15	Leste Europeu	Outros	Total
Imigrante							
Nativos	82 916	0	0	0	0	0	82 916
<i>Nativos Mistos</i>	7 090	0	0	0	0	0	7 090
<i>2ª Geração</i>	2 976	0	0	0	0	0	2 976
<i>Retornados</i>	0	169	88	903	51	648	1 859
<i>1ª Geração</i>	0	919	481	207	697	154	2 458
Sem informação	584	23	17	25	12	8	669
Total	93 566	1 111	586	1 135	760	810	97 968

Notas: Para 669 dos 97 968 alunos não há informação relativamente à naturalidade dos pais, não sendo assim possível saber qual a sua origem imigrante pelo que não foram incluídos nas análises por origem imigrante.

Fonte de dados: MISI

Os objetivos principais consistem em identificar diferenças de percursos escolares dos alunos de diferentes nacionalidades e origens imigrantes, mais concretamente em termos das taxas de retenção e do tipo de ensino seguido (regular ou não regular).

Dado que nos foi possível seguir a mesma coorte de alunos ao longo de 11 anos letivos (até 2016/2017, o último ano letivo disponível na nossa base de dados), focámos a nossa análise em três momentos cruciais do percurso escolar do aluno: a conclusão do 1º ciclo do ensino básico (passados 5 anos da primeira inscrição), a conclusão do 3º ciclo do ensino básico (passados 10 anos), e a conclusão do primeiro ano do ensino secundário (passados 11 anos).

Apresentamos aqui as duas principais análises realizadas para perceber as diferenças no percurso escolar entre alunos de nacionalidades e origem imigrante diferentes.

Começamos a análise pelas nacionalidades dos alunos, onde o primeiro passo passou por investigar diferenças relativamente às taxas de reprovação dos alunos. Encontrámos diferenças consideráveis entre alunos de diferentes nacionalidades, face a alunos de nacionalidade *Portuguesa*, diferenças essas que aumentam ao longo do tempo. Como podemos observar na Figura 6, passados cinco anos da primeira inscrição, 87.4% dos

alunos de nacionalidade *Portuguesa* continuavam sem apresentar qualquer reprovação, percentagem semelhante à maior parte dos grupos de alunos, com a exceção dos alunos de nacionalidade *Brasileira* e dos *PALOP*, onde apenas 81.7% e 70.2%, respetivamente, dos alunos se encontravam nesta situação. Já passados onze anos da primeira inscrição (Figura 7), as diferenças entre grupos alargaram-se, especialmente para alunos de nacionalidade *Brasileira* e dos *PALOP* – passados onze anos da primeira inscrição, apenas 37.7% e 29.2% dos alunos de nacionalidade *Brasileira* e dos *PALOP*, respetivamente, continuam sem apresentar qualquer reprovação, face a 57.2% para alunos de nacionalidade *Portuguesa*.

Analisando de forma mais detalhada os alunos que passados 5 anos já apresentavam uma retenção (Figura 6), verificamos que a percentagem dos mesmos que volta a apresentar pelo menos mais uma retenção nos 5 anos seguintes, ou transita para o ensino básico não regular, difere entre alunos de nacionalidade *Portuguesa* (70.0%) e da *EU-15* (69.7%), face a alunos de nacionalidade *Brasileira* (64.9%) e, em particular, da *Leste Europeu* (55.6%) e da categoria *Outros* (53.8%). Alunos destes últimos dois grupos estão associados a percentagens muito menores de voltarem a repetir, o que pode ser sinal de alunos que apresentaram algumas dificuldades no início do seu percurso académico, mas que evoluíram de forma positiva. Já alunos naturais dos *PALOP* estão associados à percentagem mais elevada, de 74.1% dos alunos que voltam a apresentar pelo menos mais uma reprovação nos 5 anos seguintes, ou que transita para o ensino básico não regular. É de sublinhar que alunos que durante o primeiro ciclo, apresentem uma retenção, a probabilidade de voltarem a reprovar, ou transitem para o ensino não regular, é de cerca de 70% para alunos de nacionalidade *Portuguesa*, *Brasileira* e da *EU-15*.

No que respeita à decisão dos alunos em enveredar pelo ensino básico regular ou não regular, observámos (Figura 8) que entre os alunos de nacionalidade *Portuguesa*, a percentagem dos quais se encontrava no ensino básico não regular 9 anos após a sua primeira inscrição era de, aproximadamente, 3.7%. Esta percentagem não difere muito nem para alunos naturais da *EU-15* (3.3%), nem para alunos do *Leste Europeu* (3.4%). Alunos de nacionalidade *Brasileira* (4.4%), e em particular, dos *PALOP* (5.7%) estão associados a uma percentagem consideravelmente mais elevada. Já após 11 anos da primeira inscrição (Figura 7), de entre os alunos ainda no ensino básico, 35.7% dos alunos de nacionalidade *Portuguesa* encontravam-se no ensino não regular. Esta percentagem é maior para alunos do *Leste Europeu* (46.9%) e da categoria *Outros* (39.6%), e ligeiramente inferior para alunos da *EU-15* (32.6%). No entanto, quer alunos de nacionalidade *Brasileira* (22.7%), quer alunos dos *PALOP* (24.6%) apresentam percentagens substancialmente menores.

Relativamente ao tipo de ensino seguido no secundário, vimos que, de entre os alunos que chegam ao secundário sem qualquer reprovação (Figura 9), a percentagem mais elevada de alunos que opta pelo ensino não regular está associada a alunos da categoria *Outros* (21.6%), seguidos de alunos da *EU-15* (21.6%), dos *PALOP* (21.1%), de nacionalidade *Brasileira* (20.7%) e de nacionalidade *Portuguesa* (19.4%). Já alunos do *Leste Europeu* estão associados à percentagem mais baixa de alunos que, nesta situação,

seguem o ensino não regular (16.2%). No que diz respeito aos alunos que já apresentavam uma retenção previa à entrada no ensino secundário, verificámos (Figura 10) que os alunos de naturalidade *Portuguesa* estão associados à maior percentagem que opta pelo ensino não regular (57.7% dos alunos), percentagem essa substancialmente mais elevada face a alunos de diferentes nacionalidades, particularmente de naturalidade *Brasileira* (40.5%) e dos *PALOP* (43.5%). Alunos naturais da *EU-15*, do *Leste Europeu* ou da categoria *Outros* apresentam percentagens muito semelhantes entre si, entre os 52% e os 54% dos alunos que opta por seguir o ensino não regular.

No que respeita às diferenças de percurso escolar entre alunos de diferentes origens imigrantes, e começando a análise pelas taxas de reprovação, verificámos (nas Figuras 11 e 12) que as diferenças parecem existir, e agravar-se ao longo dos anos, entre alunos de diferentes origens imigrantes, nomeadamente, para alunos de *2ª Geração* e, em particular, alunos de *1ª Geração* (associados a taxas de reprovação bastante mais elevadas face aos alunos *Nativos*). Tal ajuda a explicar que a percentagem de alunos *Nativos* que, onze anos após a primeira inscrição, não apresente qualquer retenção seja de 57.0%, valor próximo daquele apresentado pelos alunos *Retornados* (57.0%), e ligeiramente inferior ao exibido pelos alunos *Nativos Mistos* (com 62.9%); no entanto, bastante superior face aos alunos de *2ª Geração* (com apenas 48.7%), e, em especial, face aos alunos de *1ª Geração* (com somente 39.3% dos alunos a não apresentar qualquer retenção).

Averiguámos também qual a probabilidade de alunos que apresentam, pelo menos, uma retenção passados 5 anos da sua primeira inscrição, de voltarem a ficar retidos, ou transitarem para o ensino não regular, nos 5 anos seguintes, por origem imigrante dos alunos. Verificámos, na Figura 11, que essa percentagem é de 70.3% para alunos *Nativos*, valor semelhante ao apresentado por alunos de *2ª Geração* (72.6%) e de *1ª Geração* (69.0%). Já alunos *Nativos Mistos* (63.4%), e *Retornados* (62.5%) apresentam percentagens menores de alunos que voltam a reprovar, ou transitam para o ensino não regular.

No que respeita à decisão dos alunos enveredarem pelo ensino básico regular ou não regular, verificámos que 9 anos após a primeira inscrição (Figura 13), 3.8% dos alunos *Nativos* encontravam-se no ensino básico não regular, valor semelhante para os alunos de *2ª Geração* (3.7%), assim como para os de *1ª Geração* (3.6%). Já alunos *Retornados* (3.3%) e, em particular, alunos *Nativos Mistos* (2.2%) apresentam uma percentagem consideravelmente menor. Numa fase seguinte, analisamos os alunos que, 11 anos após a sua primeira inscrição, ainda se encontravam no ensino básico. Na Figura 12 foi possível verificar que entre estes alunos, 35.8% dos alunos *Nativos* estavam no ensino não regular, valor bastante semelhante para alunos *Nativos Mistos* (35.7%), e inferior para alunos *Retornados* (32.9%), de *2ª Geração* (32.2%) e, em particular, de *1ª Geração* (27.3%).

De seguida, investigamos a decisão dos alunos seguirem pelo ensino regular ou não regular, no secundário. Foi-nos possível deduzir duas conclusões principais desta

análise. A primeira foi que, de entre os alunos que chegam ao secundário sem qualquer reprovação (Figura 14), os alunos *Retornados* são o grupo que apresenta uma percentagem mais baixa de ingressos no ensino regular – aproximadamente 76.5%, comparativamente a 80.1% para alunos *Nativos*, 83.6% para alunos de *1ª Geração*, e 85.6% para alunos de *2ª Geração*, e *Nativos Mistos*. A segunda foi que, de entre os alunos que chegam ao ensino secundário com uma reprovação (Figura 115), os alunos *Nativos* são, na realidade, os que estão associados a uma taxa de ingresso no ensino secundário não regular mais elevada (58.8%), enquanto que alunos *Retornados* (53.0%), *Nativos Mistos* (49.2%), e, em particular, de *1ª Geração* (42.6%) e de *2ª Geração* (41.0%) parecem enveredar mais pelo secundário regular, isto de entre os alunos que chega ao secundário com uma retenção.

Relativamente à saída de alunos de diferentes origens imigrantes para estabelecimentos de ensino privado ao longo do seu percurso académico, os alunos *Nativos* estão associados às percentagens mais elevadas de alunos que, começando o 1º ciclo no ensino público, optam por mudar-se para o privado ao longo do seu percurso. No entanto, tanto os alunos *Nativos Mistos*, como os *Retornados*, apresentam percentagens semelhantes, ainda que ligeiramente inferiores. As maiores diferenças encontradas são para os alunos de *2ª Geração* e os de *1ª Geração*, os quais, a grande maioria, permanece no ensino público. Efetivamente, de entre os alunos inscritos no ensino secundário onze anos após a primeira inscrição no ensino público, 17.9% dos alunos *Nativos* encontram-se num estabelecimento de ensino privado, valor semelhante ao dos alunos *Retornados* (16.8%) e *Nativos Mistos* (15.4%). Já alunos de *1ª Geração* (12.8%), e de *2ª Geração* (10.9%) apresentam valores mais baixos de transição do ensino público para o privado.

Conclusão

A análise das três partes deste estudo demonstrou que as diferenças entre alunos nativos e não nativos começam logo no início do percurso escolar dos alunos, dificilmente são recuperadas e vão aumentando ao longo do tempo, especialmente na área da Matemática. É necessário que as escolas tenham uma intervenção muito precoce, especialmente no 1.º ciclo do ensino básico.

A retenção dos alunos durante o 1º ciclo do ensino básico é bastante prejudicial para os alunos, independentemente das suas naturalidades ou origens imigrantes, tendo em conta que a probabilidade de voltarem a reprovar, ou transitarem para o ensino não regular, é de cerca de 70%.

O facto de termos encontrado que alunos com diferentes naturalidades e origens imigrantes têm uma diferente propensão para enveredarem pelo ensino profissional no secundário, suscita ainda a necessidade de uma reflexão sobre os percursos futuros dos alunos não só em termos escolares mas também do futuro profissional destes jovens.

A relação positiva encontrada entre a *Segregação intra-escola* (concentração dos alunos em certas turmas de uma escola) e as desigualdades de desempenho, poderá derivar de vários fatores, como por exemplo, o facto das escolas poderem formar as turmas do 3º ciclo em função do perfil académico passado dos alunos e ainda o facto dos alunos não nativos, em média, estarem entre aqueles que apresentaram piores desempenhos no passado. Assim, os critérios de constituição das turmas nas escolas merece uma reflexão profunda. Além de que a segregação ao nível do concelho será mais difícil de combater, dado que, muitas vezes, essa segregação educacional está associada a segregação residencial. Porém, a segregação ao nível da escola é um fenómeno social que a escola pode gerir ou mitigar, não implicando necessariamente custos financeiros elevados.

Próximos Passos

A segunda fase do projeto consiste em estudos de caso intensivos que nos permitam examinar o problema da integração escolar de alunos com origem imigrante.

O objetivo geral dos estudos de caso é o de aprofundar o conhecimento sobre os fatores de (in)sucesso escolar entre os alunos de origem imigrante, com foco em:

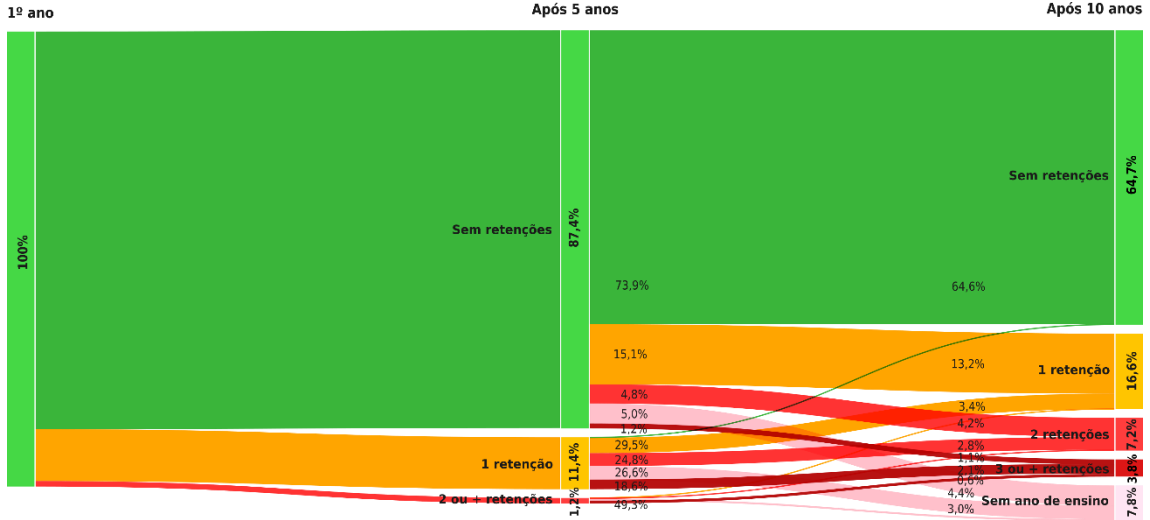
- Práticas organizacionais: nomeadamente em termos de gestão de recursos humanos, constituição de turmas, orientação escolar/ vocacional, medidas de promoção do sucesso e combate à indisciplina, estratégias de promoção da oferta e de admissões de alunos;
- Práticas curriculares: gestão flexível do currículo e práticas pedagógicas;
- Relações humanas: relações entre intervenientes escolares (em particular entre alunos, entre alunos e professores, alunos e auxiliares, professores e famílias, etc).

A terceira e última fase do projeto centra-se na elaboração de produtos com vista à capacitação de atores locais e sua escalabilidade. Este projeto não visa a intervenção direta nem o teste de modelos previamente definidos, mas pretende, a partir da investigação, identificar boas práticas passíveis de serem generalizadas e replicadas.

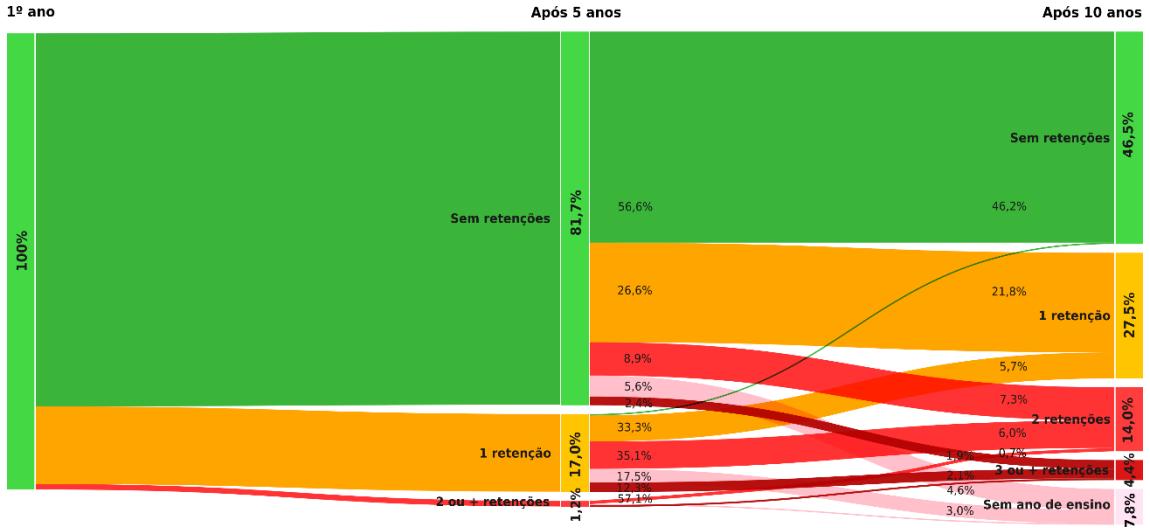
Essa identificação, compilada em manual, centrar-se-á em exemplos e estratégias e práticas específicas, que poderão ser adaptados em função de contextos diferenciados. Será seguida pela criação de uma ação de formação com possibilidade de replicação pelos Mediadores para o Sucesso Escolar da EPIS. Finalmente, as estratégias identificadas serão divulgadas e discutidas amplamente, primeiro entre as escolas participantes, depois perante um público mais abrangente, tendo em conta as instituições stakeholders parceiras do projeto.

Figura 6. Análise ao ano de ensino de alunos passados 5 e 10 anos, por naturalidade

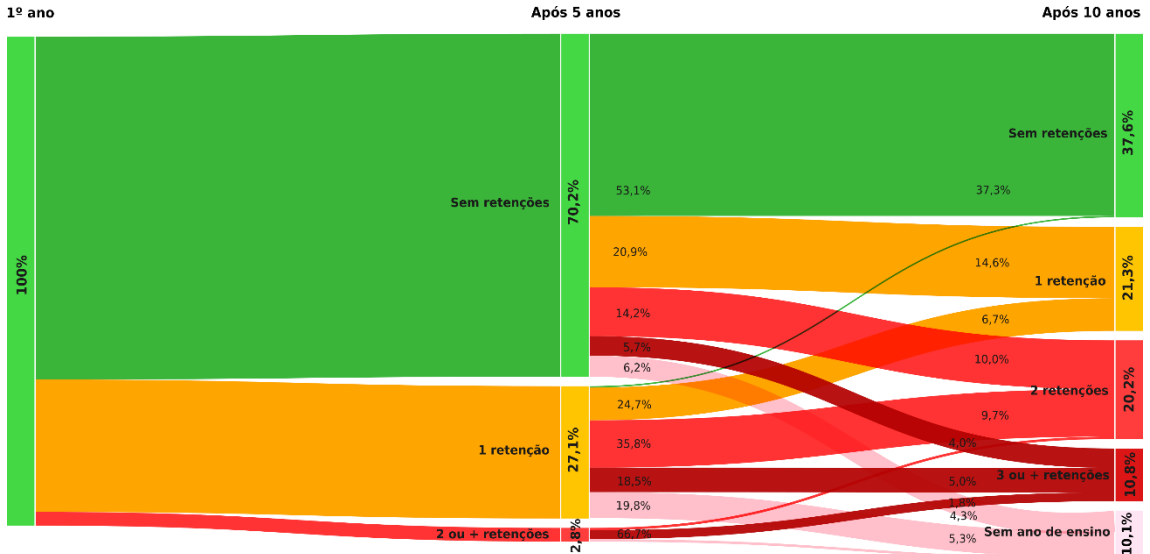
Portuguesa



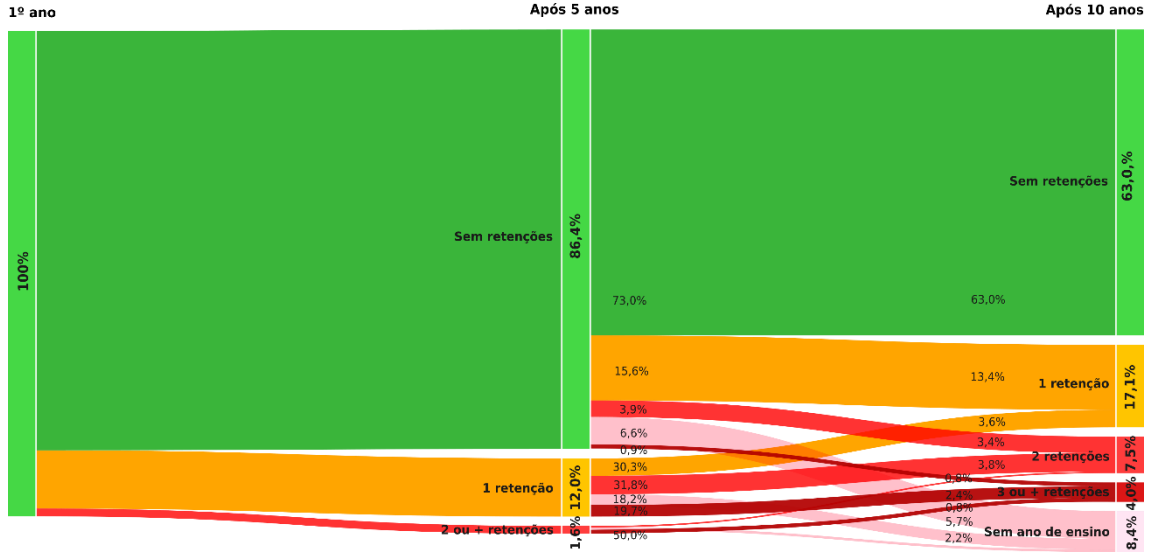
Brasileira



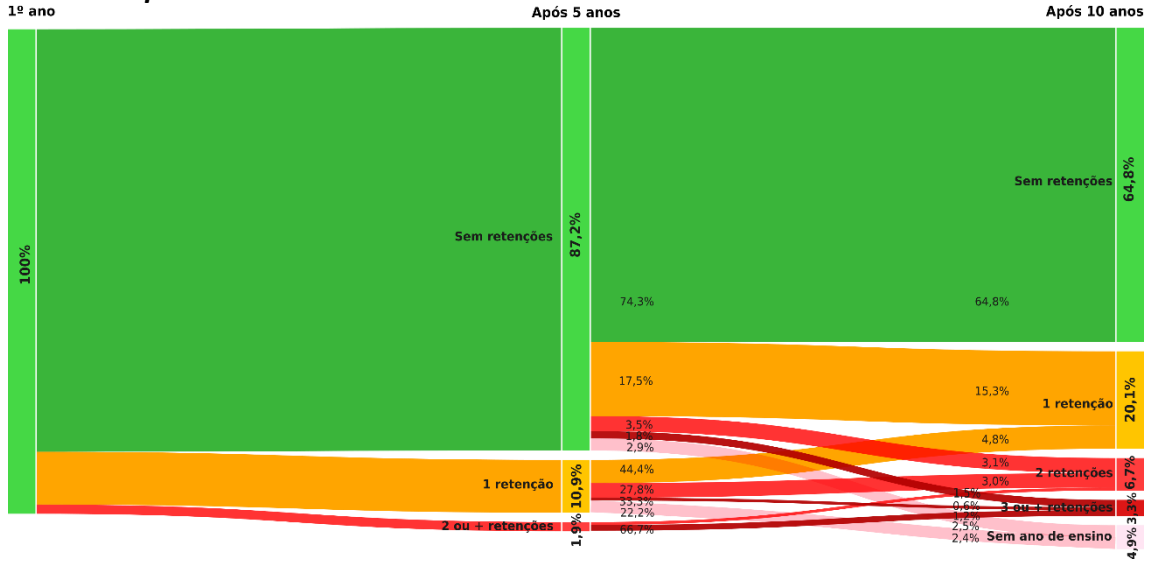
PALOP



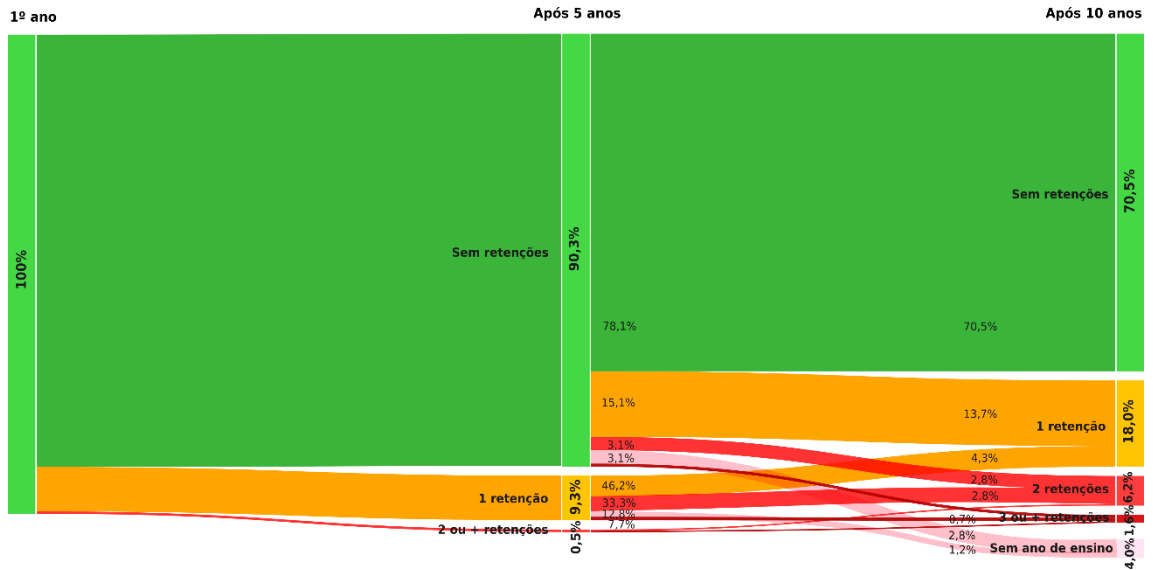
EU-15



Leste Europeu



Outros

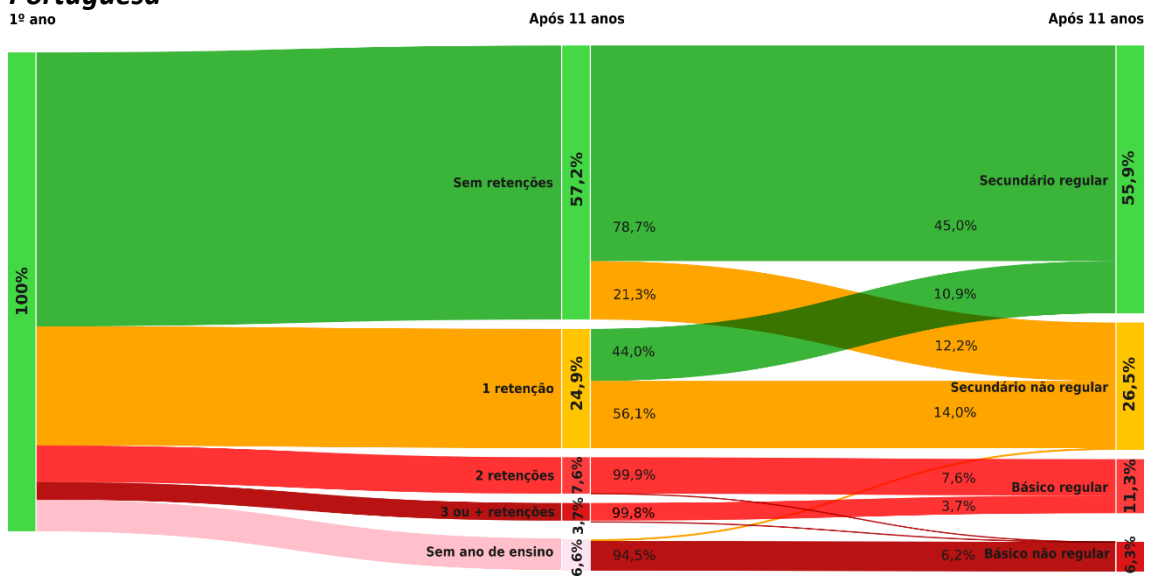


Notas: As percentagens expressas nas barras verticais correspondem à percentagem de alunos, de entre o total, ao qual corresponde aquele percurso académico. Já as percentagens expressas entre o segundo e o terceiro momento, as da esquerda correspondem às percentagens condicionadas, ou seja, indicam de entre os alunos que saem de um certo fluxo à esquerda, qual a percentagem que vai para o fluxo à direita; relativamente às percentagens à direita, são percentagens totais, ou seja, do total de alunos, qual a percentagem que sai do fluxo à esquerda e vai para o da direita. Assim sendo, corresponde à multiplicação da barra vertical do fluxo à esquerda, pela percentagem condicional. Alunos “Sem observação”, ou seja, alunos que não estejam inscritos em qualquer escola Portuguesa num certo ano analisado, não são incluídos nesta análise. “Sem ano de ensino” corresponde a alunos que, apesar de estarem inscritos numa escola Portuguesa, não estão associados a qualquer ano de ensino; são alunos que se encontram no ensino não regular, a maioria no ensino básico.

Fonte de dados: Misi, 2016/2017.

Figura 7. Análise ao ano e tipo de ensino dos alunos passados 11 anos, por naturalidade

Portuguesa
1º ano

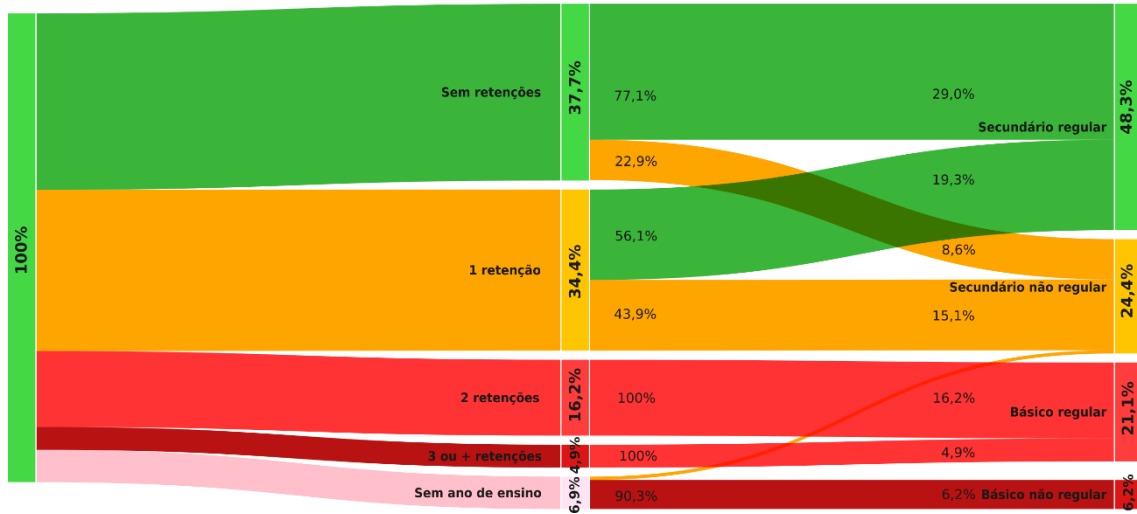


Brasileira

1º ano

Após 11 anos

Após 11 anos

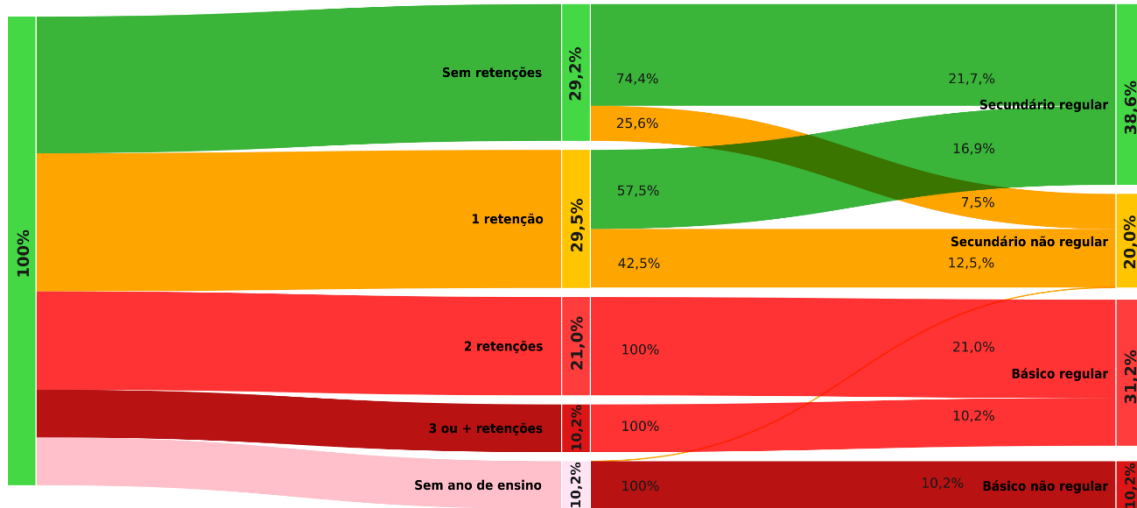


PALOP

1º ano

Após 11 anos

Após 11 anos

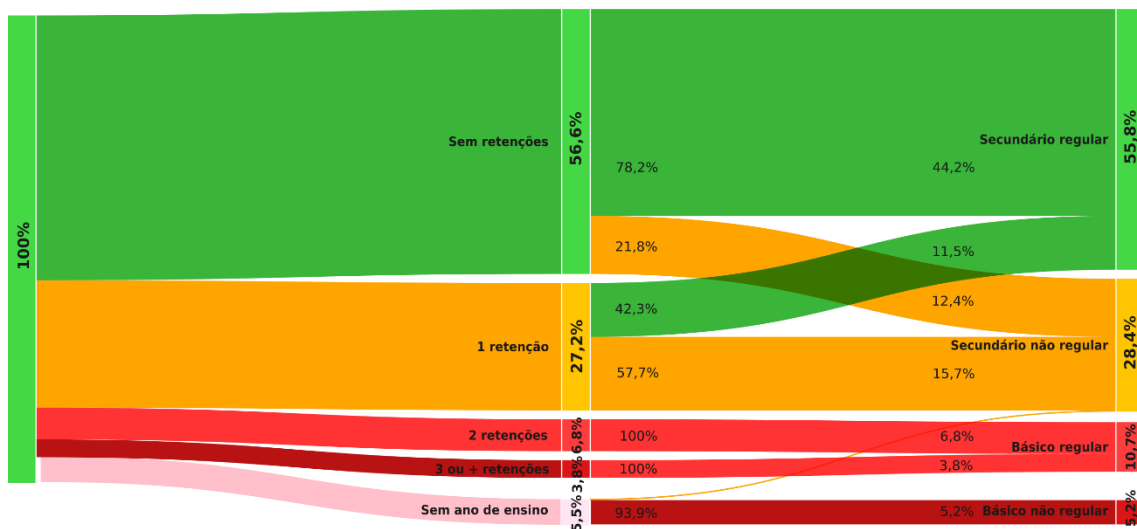


EU-15

1º ano

Após 11 anos

Após 11 anos

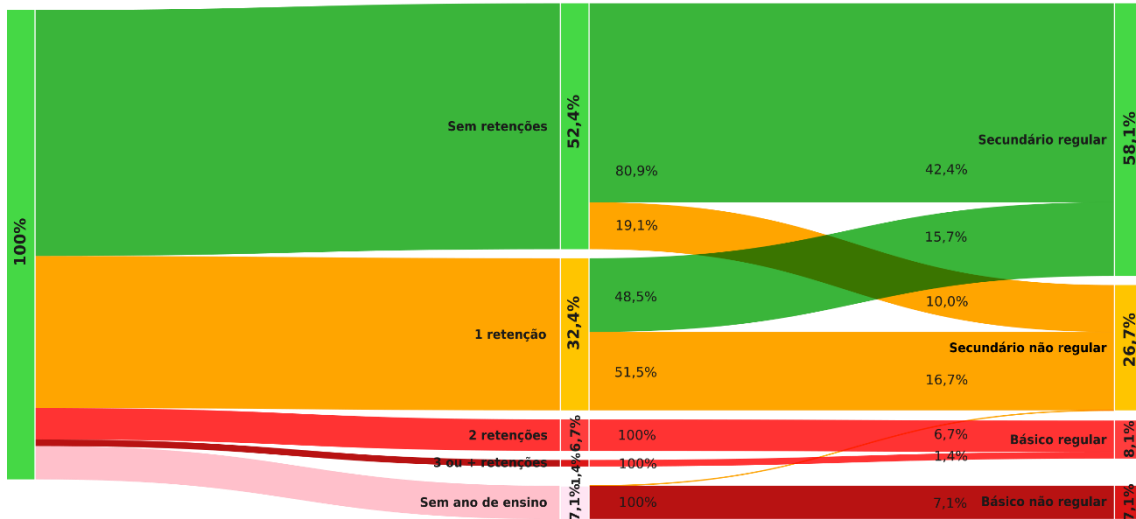


Leste Europeu

1º ano

Após 11 anos

Após 11 anos

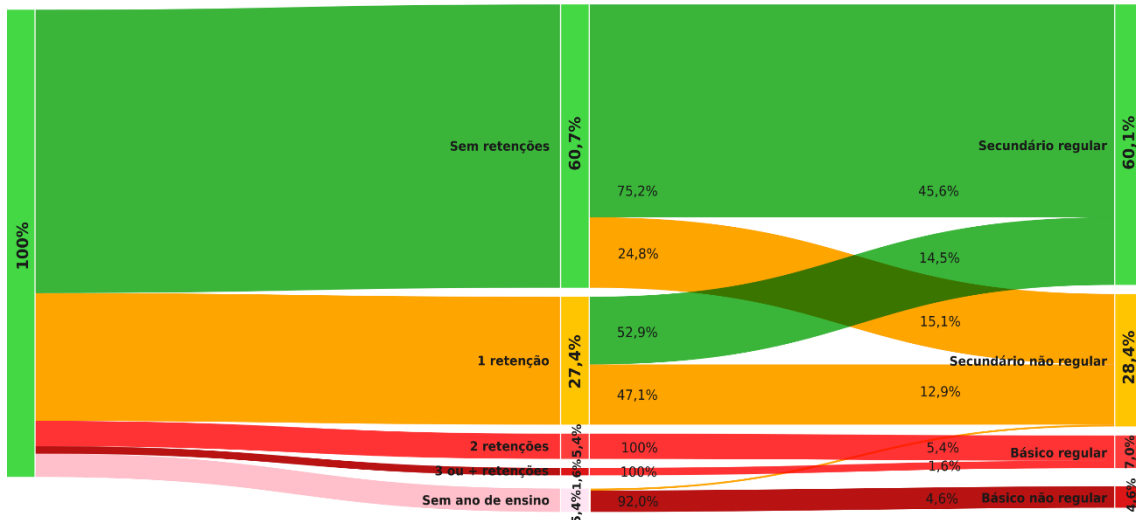


Outros

1º ano

Após 11 anos

Após 11 anos

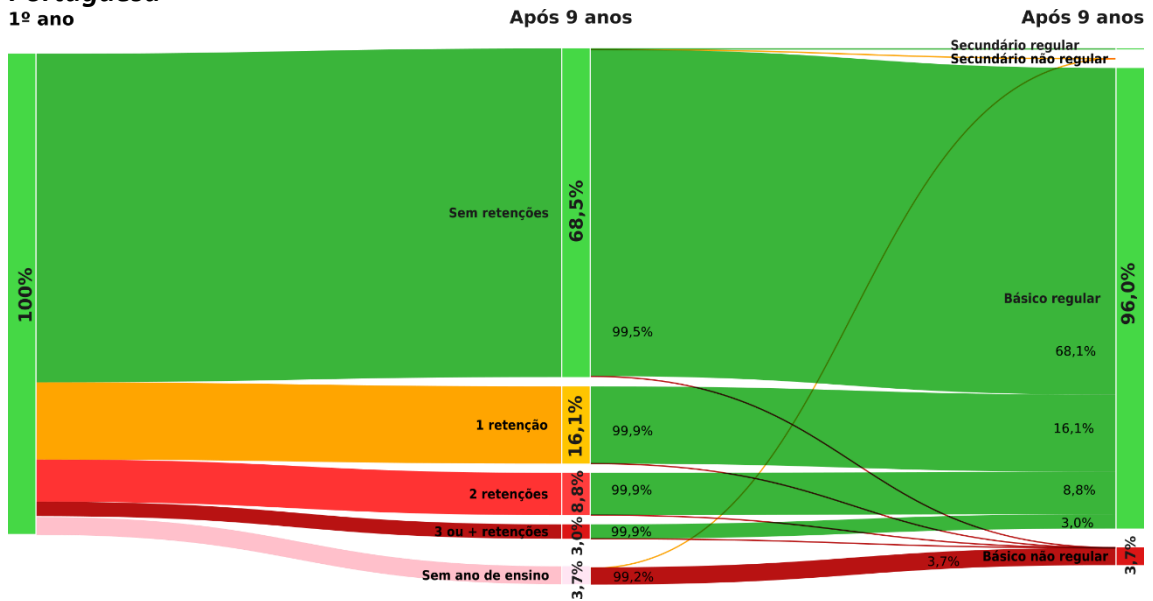


Notas: As percentagens expressas nas barras verticais correspondem à percentagem de alunos, de entre o total, ao qual corresponde aquele percurso académico. Já as percentagens expressas entre o segundo e o terceiro momento, as da esquerda correspondem às percentagens condicionadas, ou seja, indicam de entre os alunos que saem de um certo fluxo à esquerda, qual a percentagem que vai para o fluxo à direita; relativamente às percentagens à direita, são percentagens totais, ou seja, do total de alunos, qual a percentagem que sai do fluxo à esquerda e vai para o da direita. Assim sendo, corresponde à multiplicação da barra vertical do fluxo à esquerda, pela percentagem condicional. Alunos “Sem observação”, ou seja, alunos que não estejam inscritos em qualquer escola Portuguesa num certo ano analisado, não são incluídos nesta análise. “Sem ano de ensino” corresponde a alunos que, apesar de estarem inscritos numa escola Portuguesa, não estão associados a qualquer ano de ensino; são alunos que se encontram no ensino não regular, a maioria no ensino básico.

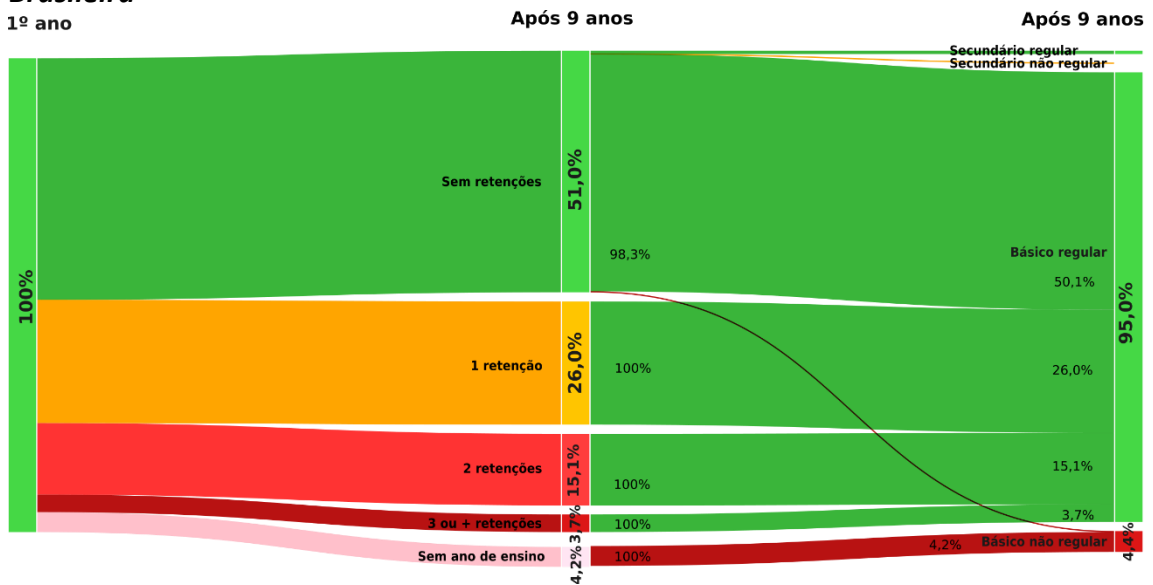
Fonte de dados: Misi, 2016/2017.

Figura 8. Análise ao ano e tipo de ensino dos alunos passados 9 anos, por naturalidade

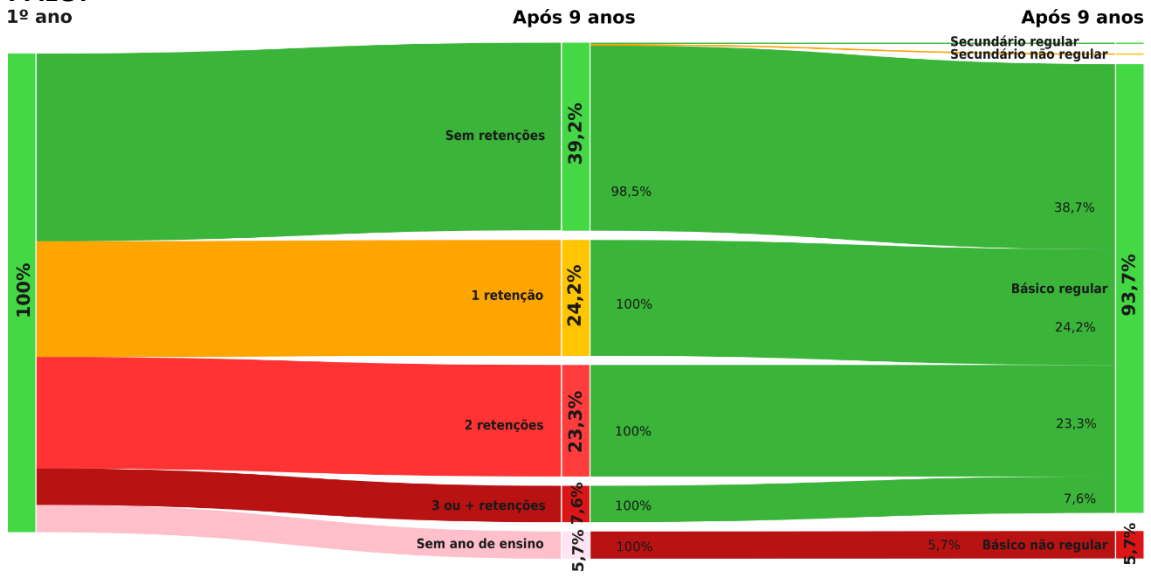
Portuguesa
1º ano



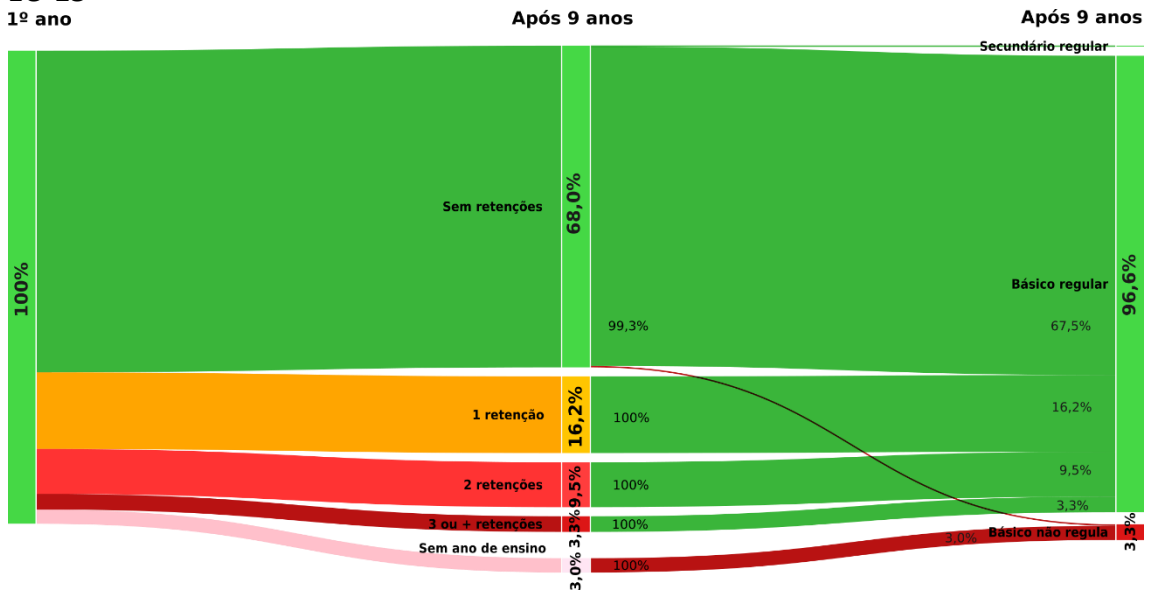
Brasileira
1º ano



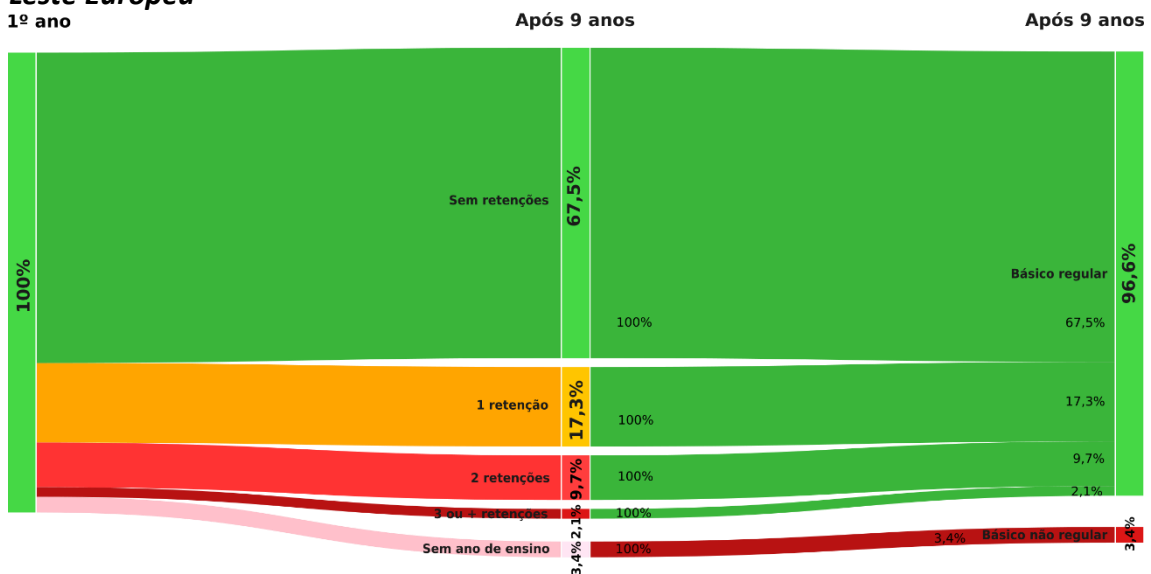
PALOP
1º ano



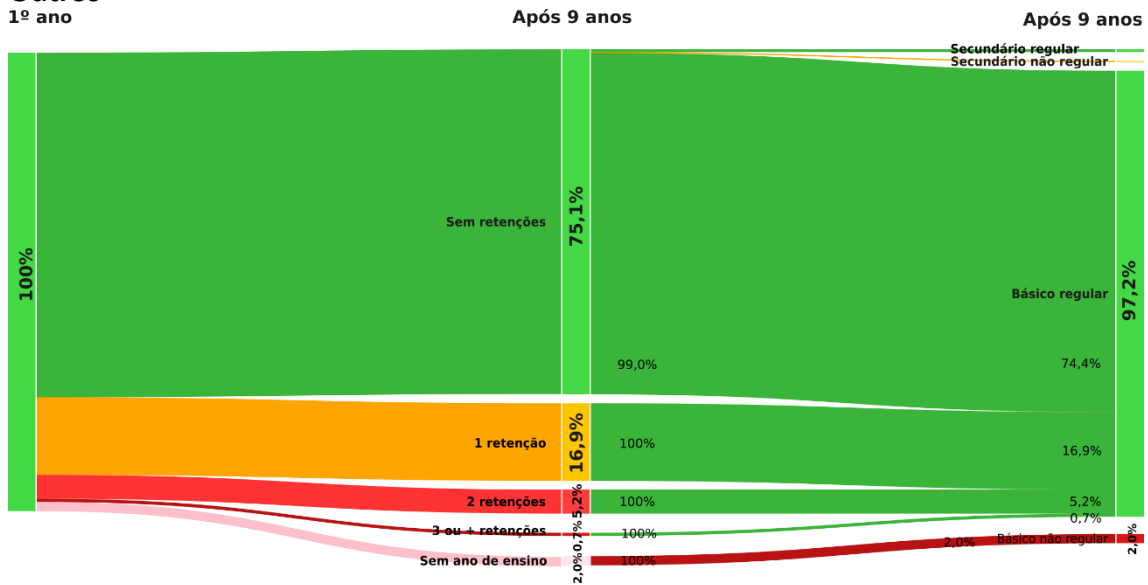
EU-15
1º ano



Leste Europeu
1º ano



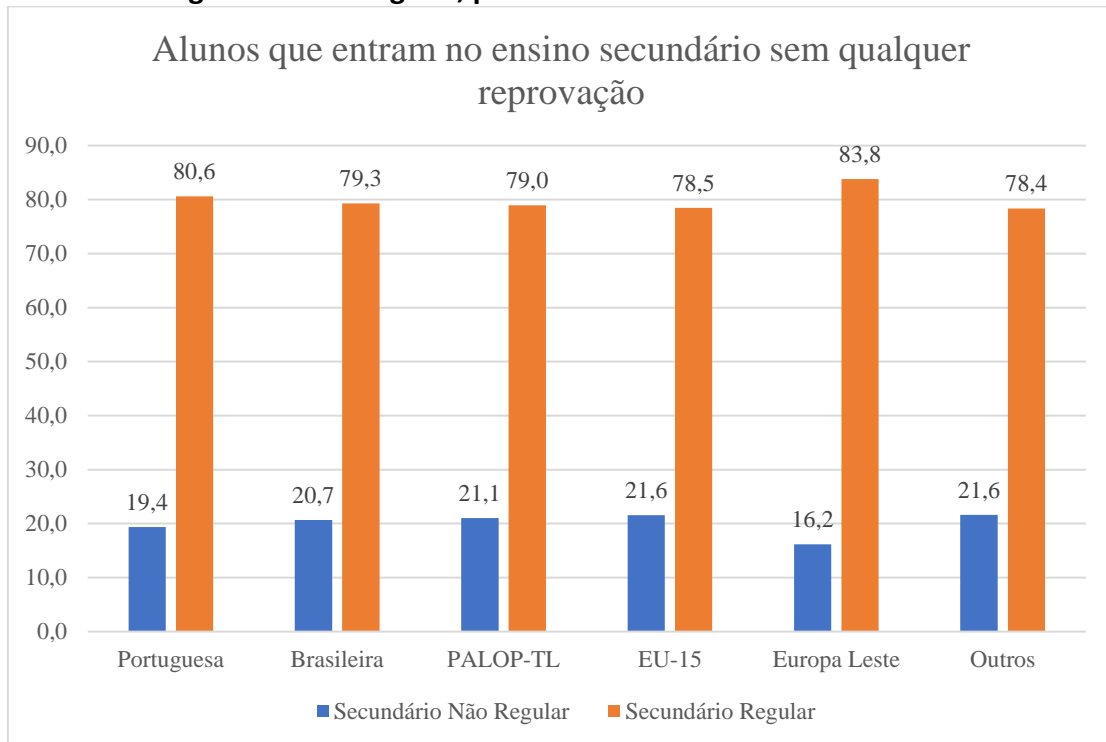
Outros
1º ano



Notas: As percentagens expressas nas barras verticais correspondem à percentagem de alunos, de entre o total, ao qual corresponde aquele percurso académico. Já as percentagens expressas entre o segundo e o terceiro momento, as da esquerda correspondem às percentagens condicionadas, ou seja, indicam de entre os alunos que saem de um certo fluxo à esquerda, qual a percentagem que vai para o fluxo à direita; relativamente às percentagens à direita, são percentagens totais, ou seja, do total de alunos, qual a percentagem que sai do fluxo à esquerda e vai para o da direita. Assim sendo, corresponde à multiplicação da barra vertical do fluxo à esquerda, pela percentagem condicional. Alunos “Sem observação”, ou seja, alunos que não estejam inscritos em qualquer escola Portuguesa num certo ano analisado, não são incluídos nesta análise. “Sem ano de ensino” corresponde a alunos que, apesar de estarem inscritos numa escola Portuguesa, não estão associados a qualquer ano de ensino; são alunos que se encontram no ensino não regular, a maioria no ensino básico.

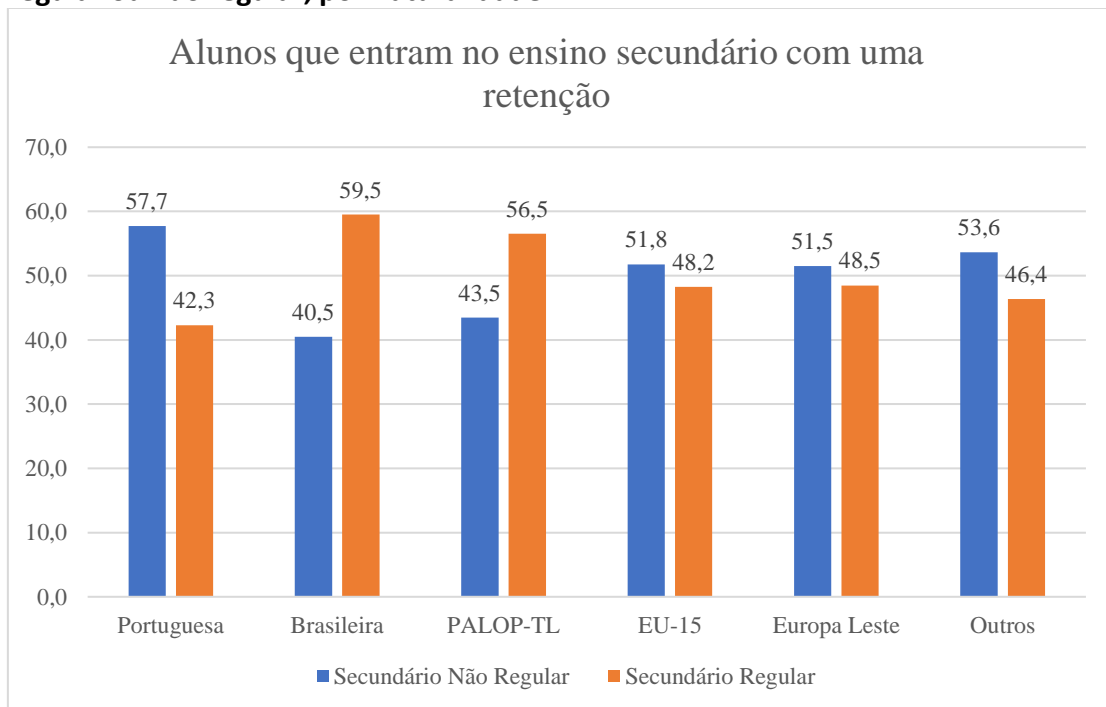
Fonte de dados: Misi, 2016/2017.

Figura 9. Decisão de alunos sem qualquer retenção enveredarem pelo ensino secundário regular ou não regular, por naturalidade



Fonte de dados: Misi, 2016/2017.

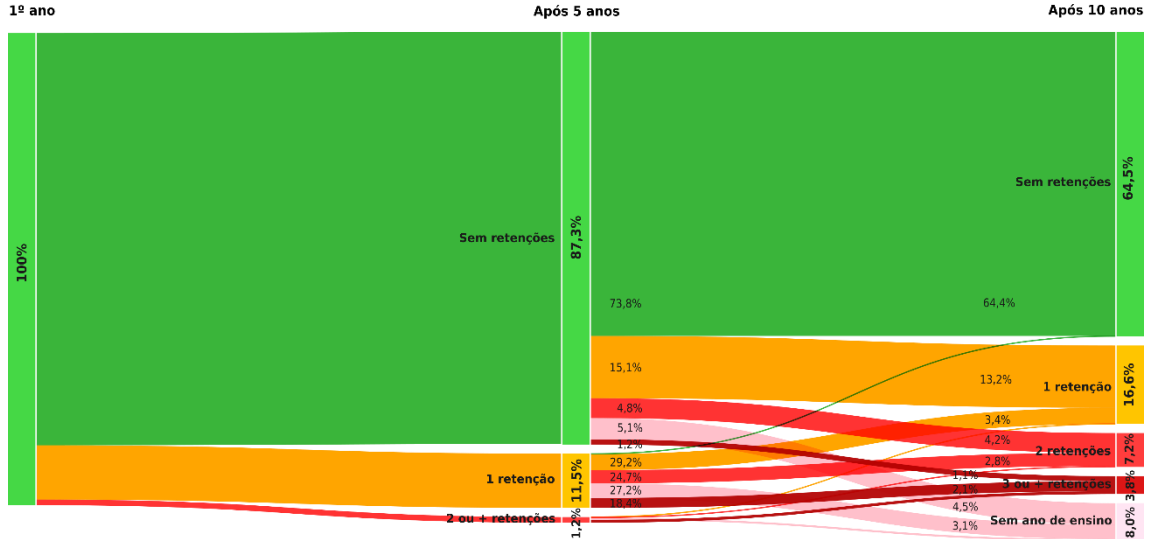
Figura 10. Decisão de alunos com uma retenção enveredarem pelo ensino secundário regular ou não regular, por naturalidade



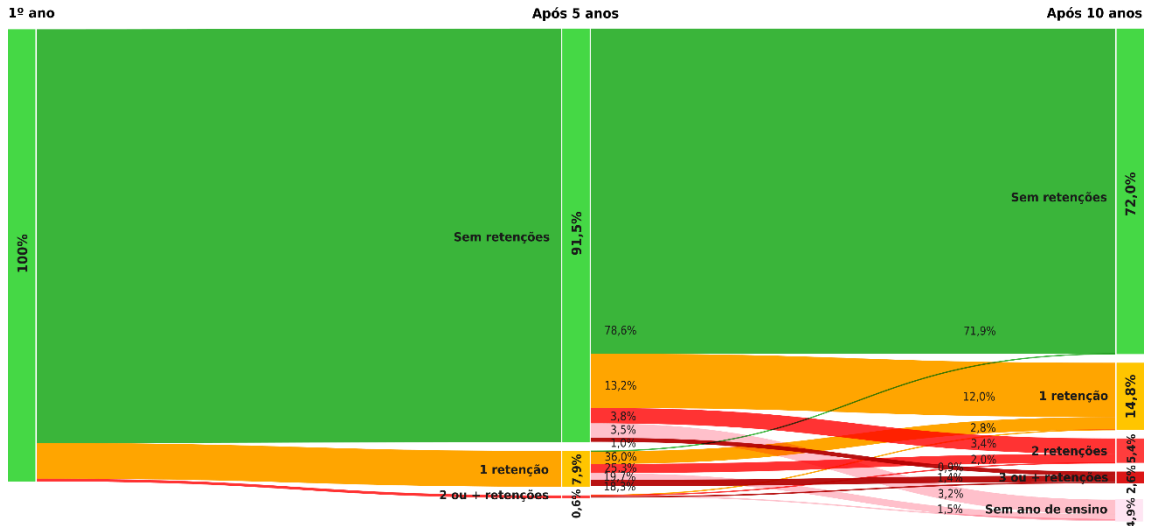
Fonte de dados: Misi, 2016/2017.

Figura 11. Análise ao ano de ensino de alunos passados 5 e 10 anos, por origem imigrante

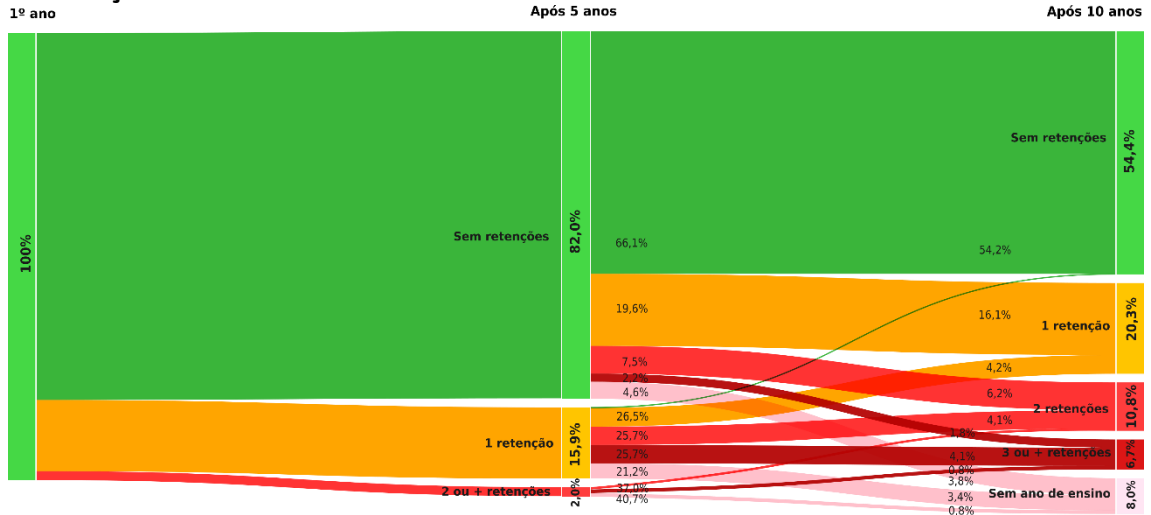
Nativos



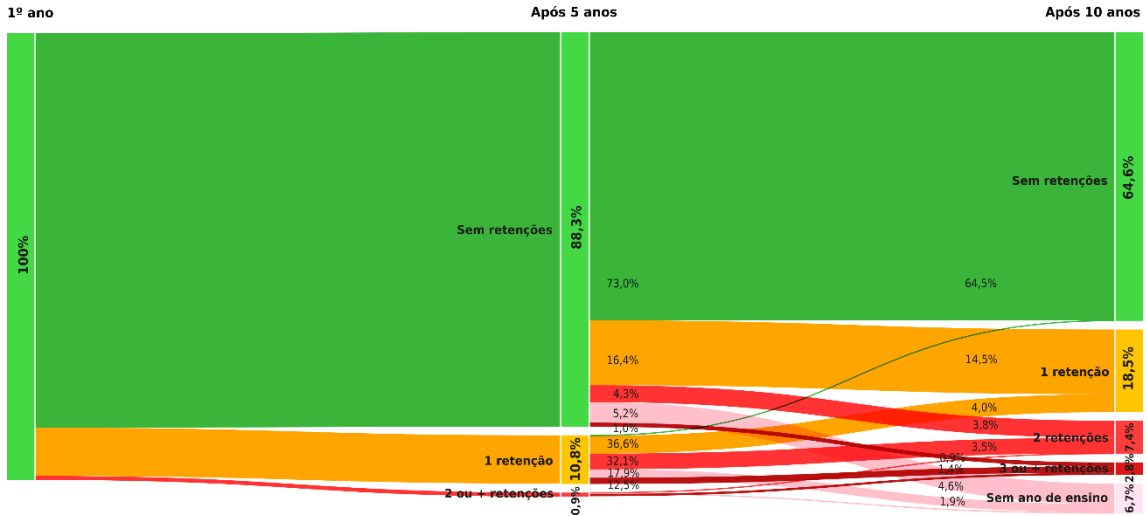
Nativos Mistos



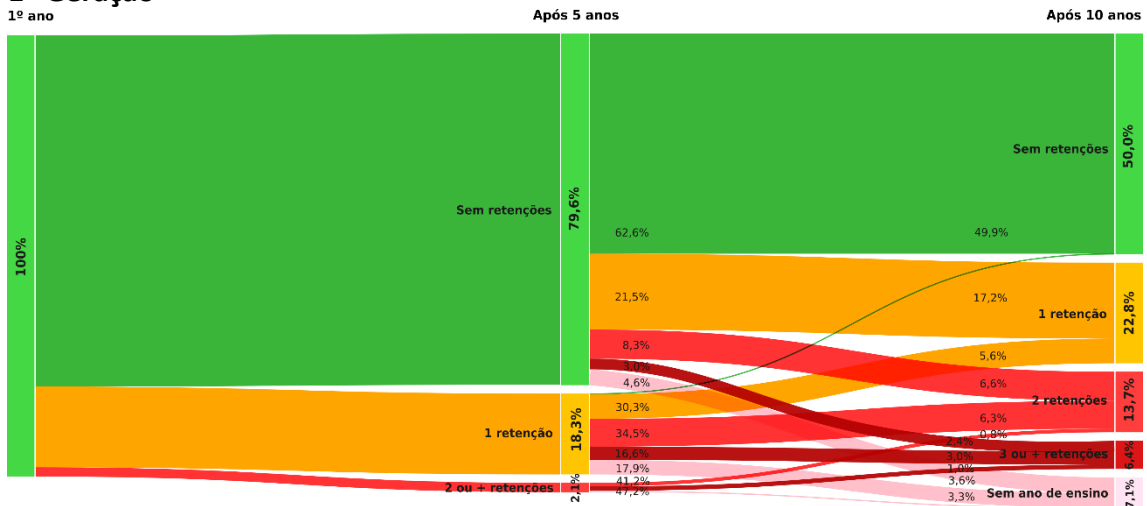
2ª Geração



Retornados



1ª Geração

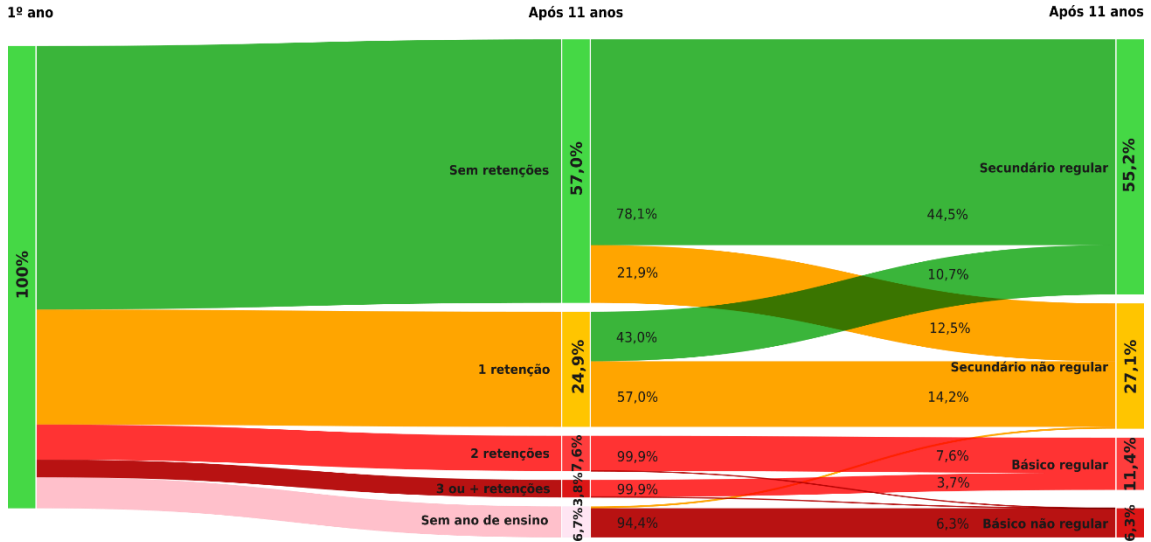


Notas: As percentagens expressas nas barras verticais correspondem à percentagem de alunos, de entre o total, ao qual corresponde aquele percurso académico. Já as percentagens expressas entre o segundo e o terceiro momento, as da esquerda correspondem às percentagens condicionadas, ou seja, indicam de entre os alunos que saem de um certo fluxo à esquerda, qual a percentagem que vai para o fluxo à direita; relativamente às percentagens à direita, são percentagens totais, ou seja, do total de alunos, qual a percentagem que sai do fluxo à esquerda e vai para o da direita. Assim sendo, corresponde à multiplicação da barra vertical do fluxo à esquerda, pela percentagem condicional. Alunos “Sem observação”, ou seja, alunos que não estejam inscritos em qualquer escola Portuguesa num certo ano analisado, não são incluídos nesta análise. “Sem ano de ensino” corresponde a alunos que, apesar de estarem inscritos numa escola Portuguesa, não estão associados a qualquer ano de ensino; são alunos que se encontram no ensino não regular, a maioria no ensino básico.

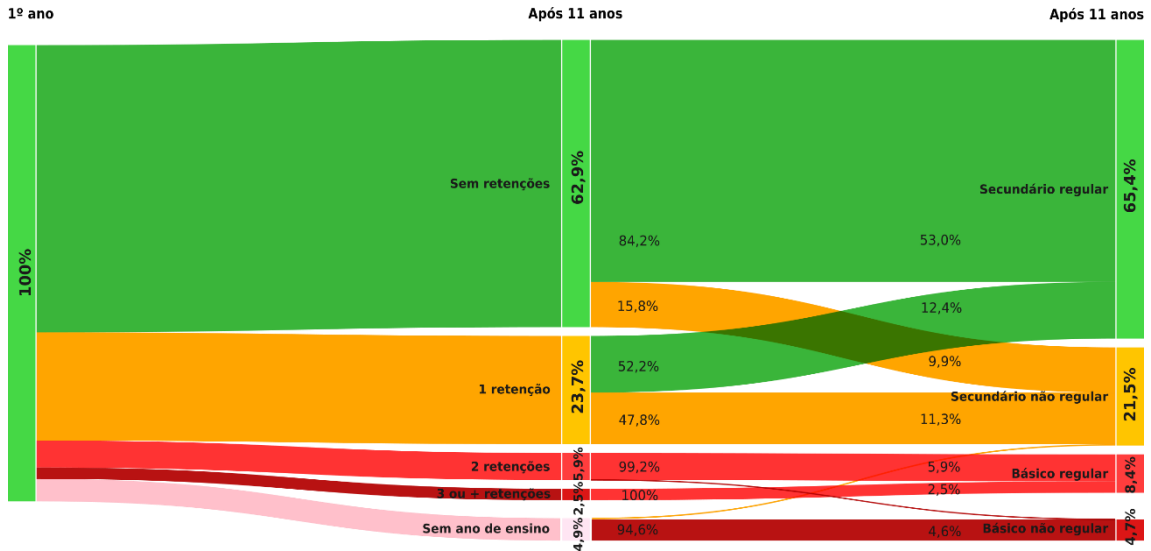
Fonte de dados: Misi, 2016/2017.

Figura 12. Análise ao ano e tipo de ensino dos alunos passados 11 anos, por origem imigrante

Nativos



Nativos Mistos

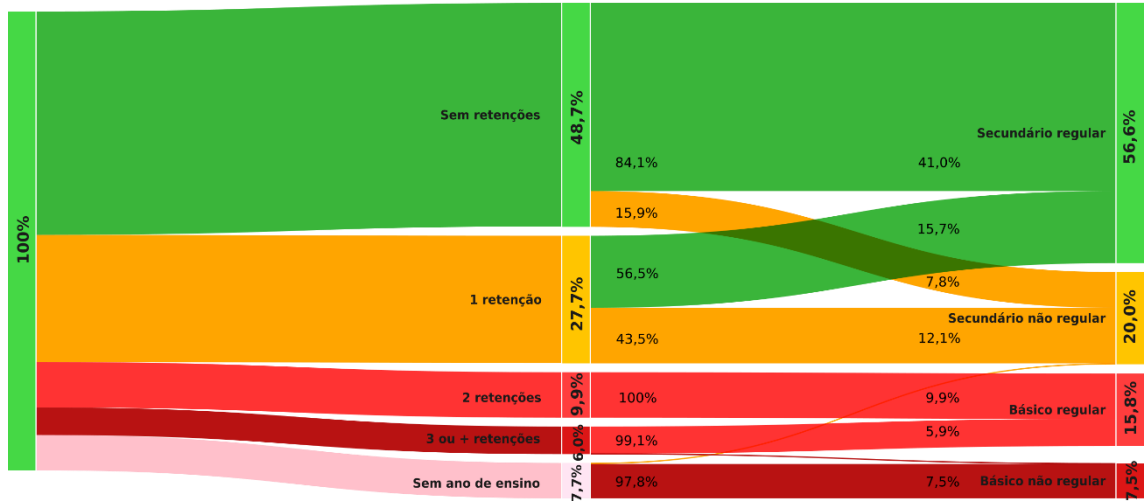


2ª Geração

1º ano

Após 11 anos

Após 11 anos

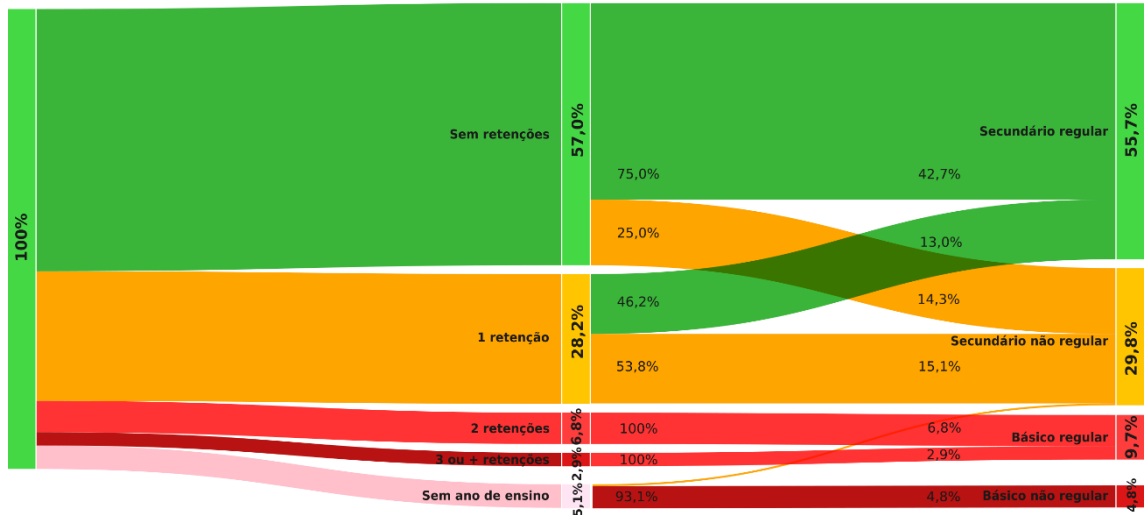


Retornados

1º ano

Após 11 anos

Após 11 anos

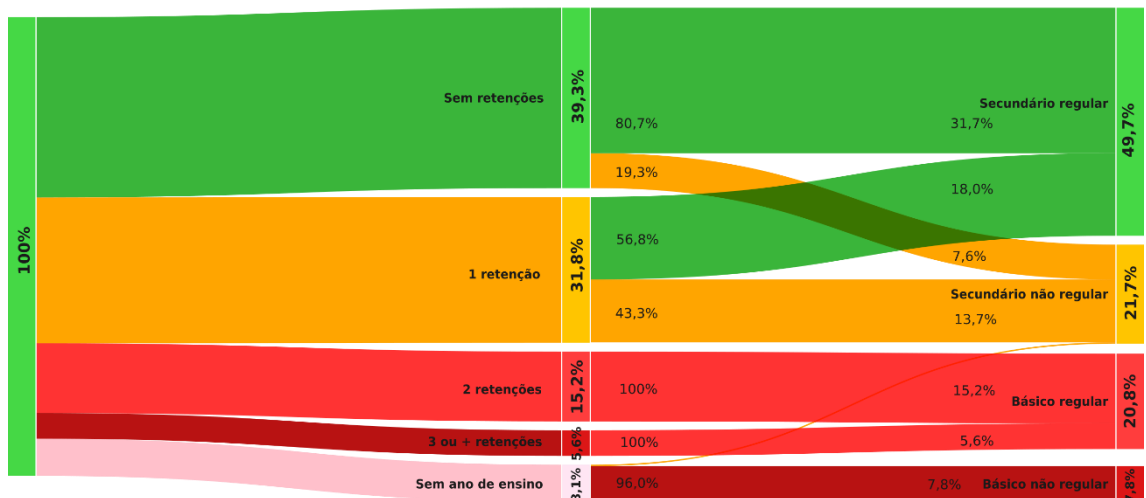


1ª Geração

1º ano

Após 11 anos

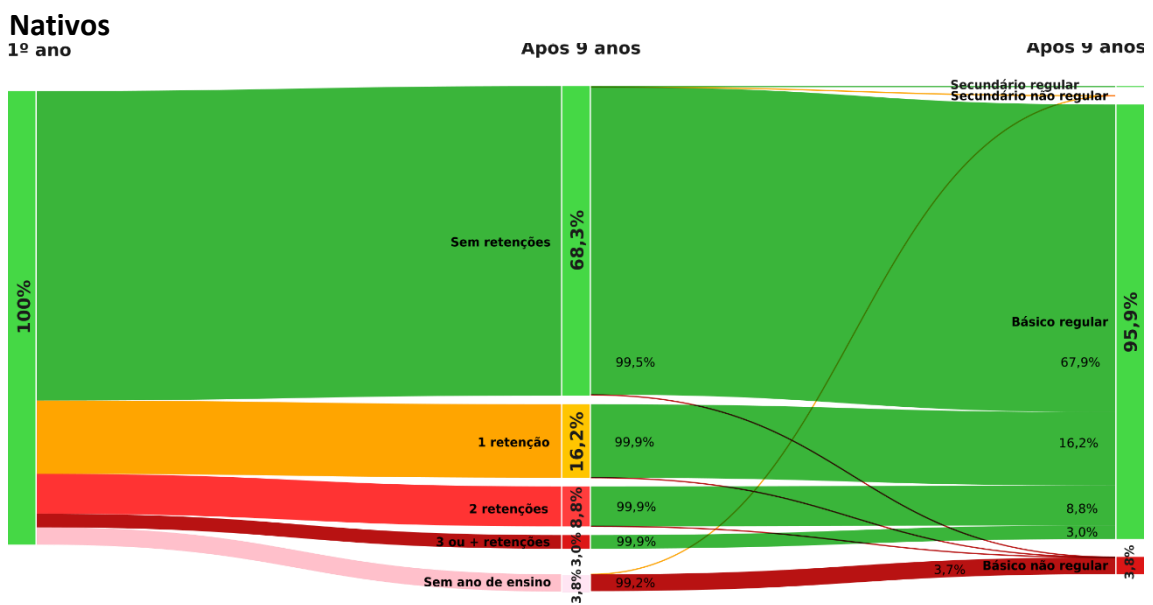
Após 11 anos



Notas: As percentagens expressas nas barras verticais correspondem à percentagem de alunos, de entre o total, ao qual corresponde aquele percurso académico. Já as percentagens expressas entre o segundo e o terceiro momento, as da esquerda correspondem às percentagens condicionadas, ou seja, indicam de entre os alunos que saem de um certo fluxo à esquerda, qual a percentagem que vai para o fluxo à direita; relativamente às percentagens à direita, são percentagens totais, ou seja, do total de alunos, qual a percentagem que sai do fluxo à esquerda e vai para o da direita. Assim sendo, corresponde à multiplicação da barra vertical do fluxo à esquerda, pela percentagem condicional. Alunos “Sem observação”, ou seja, alunos que não estejam inscritos em qualquer escola Portuguesa num certo ano analisado, não são incluídos nesta análise. “Sem ano de ensino” corresponde a alunos que, apesar de estarem inscritos numa escola Portuguesa, não estão associados a qualquer ano de ensino; são alunos que se encontram no ensino não regular, a maioria no ensino básico.

Fonte de dados: Misi, 2016/2017.

Figura 13. Análise ao ano e tipo de ensino dos alunos passados 9 anos, por origem imigrante

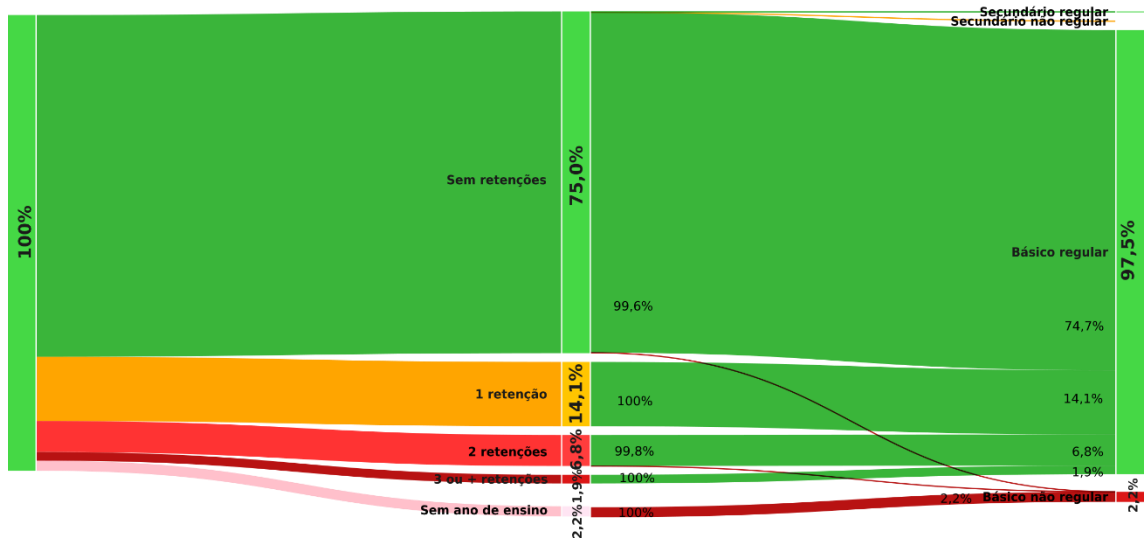


Nativos Mistos

1º ano

Após 9 anos

Após 9 anos

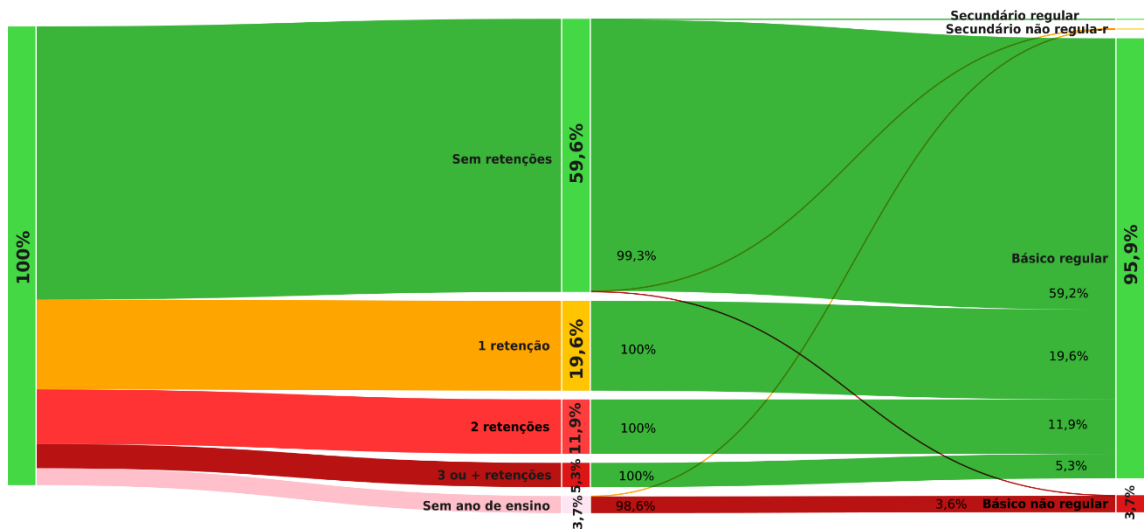


2ª Geração

1º ano

Após 9 anos

Após 9 anos

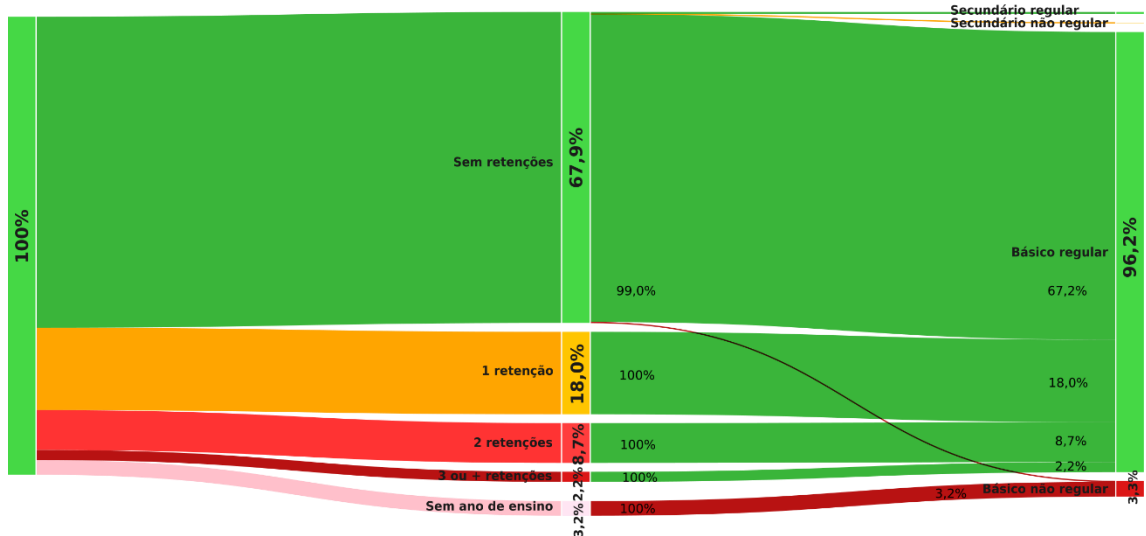


Retornados

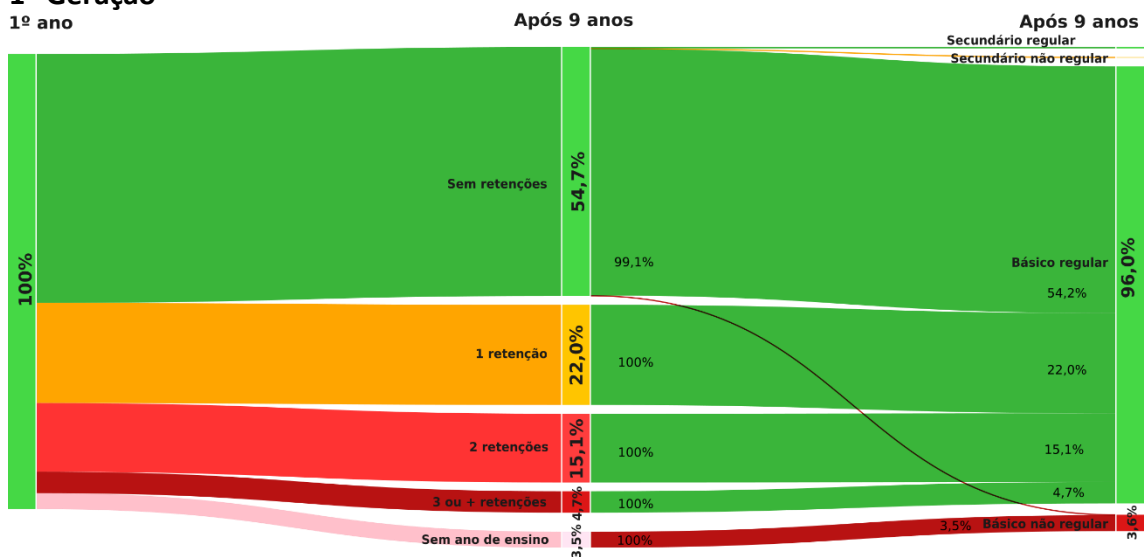
1º ano

Após 9 anos

Após 9 anos



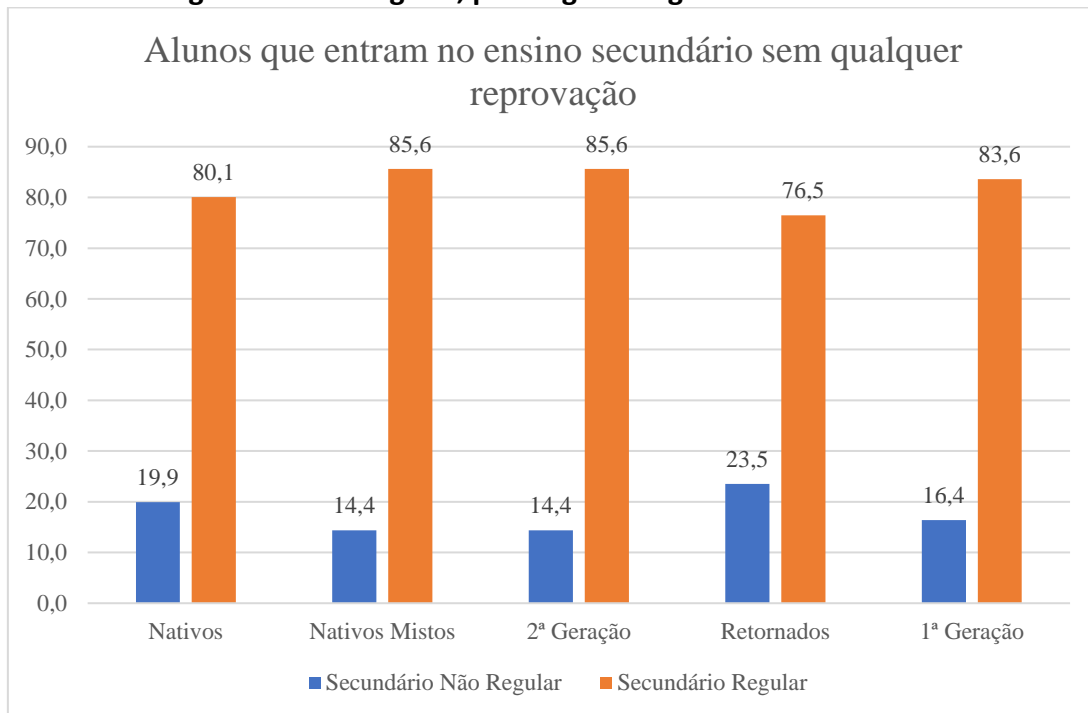
1ª Geração
1º ano



Notas: As percentagens expressas nas barras verticais correspondem à percentagem de alunos, de entre o total, ao qual corresponde aquele percurso académico. Já as percentagens expressas entre o segundo e o terceiro momento, as da esquerda correspondem às percentagens condicionadas, ou seja, indicam de entre os alunos que saem de um certo fluxo à esquerda, qual a percentagem que vai para o fluxo à direita; relativamente às percentagens à direita, são percentagens totais, ou seja, do total de alunos, qual a percentagem que sai do fluxo à esquerda e vai para o da direita. Assim sendo, corresponde à multiplicação da barra vertical do fluxo à esquerda, pela percentagem condicional. Alunos “Sem observação”, ou seja, alunos que não estejam inscritos em qualquer escola Portuguesa num certo ano analisado, não são incluídos nesta análise. “Sem ano de ensino” corresponde a alunos que, apesar de estarem inscritos numa escola Portuguesa, não estão associados a qualquer ano de ensino; são alunos que se encontram no ensino não regular, a maioria no ensino básico.

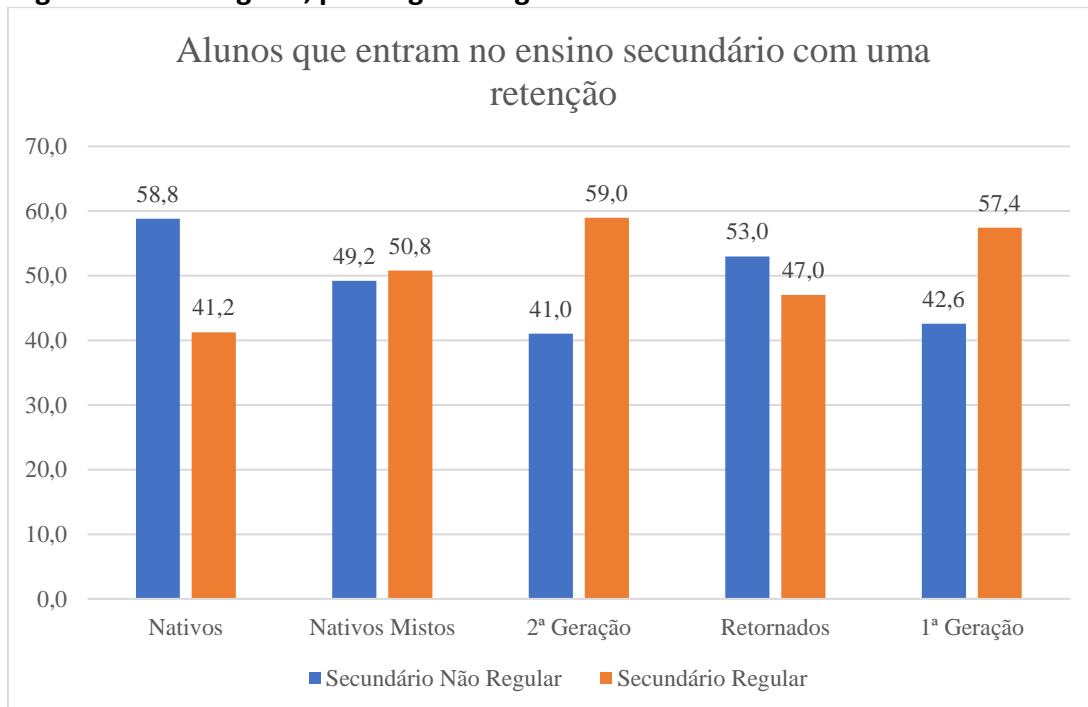
Fonte de dados: Misi, 2016/2017.

Figura 14. Decisão de alunos sem qualquer retenção enveredarem pelo ensino secundário regular ou não regular, por origem imigrante



Fonte de dados: Misi, 2016/2017.

Figura 15. Decisão de alunos com uma retenção enveredarem pelo ensino secundário regular ou não regular, por origem imigrante



Fonte de dados: Misi, 2016/2017.